



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFC-PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THIAGO RONIÈRE REBOUÇAS TAVARES

CERCAS VELHAS DE ARAME NOVO:
O CAMPESINATO DE MONSENHOR TABOSA FRENTE À
EXPANSÃO DAS CULTURAS PARA A
PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO CEARÁ

FORTALEZA – CE
2011

THIAGO RONIÈRE REBOUÇAS TAVARES

**CERCAS VELHAS DE ARAME NOVO:
O CAMPESINATO DE MONSENHOR TABOSA FRENTE À
EXPANSÃO DAS CULTURAS PARA A
PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^o Dr^o Francisco Amaro
Gomes de Alencar

FORTALEZA – CE
2011

THIAGO RONIÈRE REBOUÇAS TAVARES

**CERCAS VELHAS DE ARAME NOVO:
O CAMPESINATO DE MONSENHOR TABOSA FRENTE À
EXPANSÃO DAS CULTURAS PARA A
PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^oDr^o Francisco Amaro
Gomes de Alencar

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará - UFC
(Orientador)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Mapa-múndi/I

O sistema:

Com uma das mãos rouba o que com a outra empresta.

Suas vítimas:

Quanto mais pagam, mas devem.

Quanto mais recebem, menos tem.

Quanto mais vendem, menos compram.

Eduardo Galeano, O Livro dos Abraços

*A memória é o melhor ponto de partida para navegantes
com desejo de vento e profundidade.*

Do latim re-cordis, voltar a passar pelo coração.

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho nunca seria possível sem estas pessoas e a elas sou imensamente grato:

A minha mãe, Ataciza Pereira Rebouças, que me faz amá-la, incondicionalmente, por sua simplicidade e seu afeto, sua segurança e sua paz.

Ao meu irmão, Thiberio Raniere, que mesmo com tantas diferenças, distâncias e desencontros, soubemos encontrar os pontos de união.

Para o meu amor, minha flor, minha menina, Maiana Maia Teixeira, que além de ter me presenteado com vários livrinhos que ajudaram no desenvolvimento da dissertação, sua paciência e seu amor, seu som e sua fúria, edificaram-me de forma sublime.

Para os amigos fora dos muros da universidade: Aline Furtado, Gabi Zaupa, Robson Alves, Victor, Marcos Araújo, Paty, Sergiano, Marina Cabral, Tom, e um agradecimento especial para os grandes amigos Matheus (magão), Igor Hamilton e Paulo Régis.

Para meus amigos de graduação e de mestrado, Raimundo Jucier e Gledson Magalhães, que me ofereceram suas companhias nos momentos mais diversos da vida universitária, seja nas ocupações da Reitoria da UFC, nos barzinhos do Benfica, no Restaurante Universitária, como na sala de aula do Departamento de Geografia.

Aos amigos da turma de mestrado Inara Borges e Cícero Newton que me acolheram para conversar, discutir e me fazer seus amigos.

Aos companheiros Giovanni do MST e Alex da CPT, que na garupa de uma moto, percorreram comigo as largas veredas do sertão cearense, apresentando-me, além de assentamentos, estórias de vida de agricultoras e agricultores nos municípios de Boa Viagem, Catunda, Tamboril e Monsenhor Tabosa.

A Sheila do MST/Cooptrace, que me forneceu uma boa parte dos dados utilizados, na pesquisa, me familiarizando com o tema estudado.

A todos os camponeses do sertão cearense e movimentos sociais p nesta terra, que caminham no chão da noite.

Ao professor Amaro Alencar, por sua paciência na realização neste trabalho, assim como seu acompanhamento intelectual, sua ajuda fraterna e sua alegria sincera durante toda a graduação.

Ao professor José Levi Furtado, por sua disponibilidade em participar da banca, além de toda simplicidade no repasse de sua sabedoria nas conversas dentro do LEAT.

Ao professor Cláudio Ubiratan, por seu conhecimento e sua humildade transmitida nas sugestões na qualificação, assim como na defesa da dissertação.

Ao professor Manoel Fernandes, por suas considerações e sugestões de leitura na qualificação.

A professora Maria do Céu, pelas conversas no laboratório e pelas discussões em sua disciplina.

A todos os integrantes do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais – LEAT, que de uma forma ou de outra contribuíram com a minha pesquisa. Obrigado: Pedro (anarquista), Breno, Camila, Dennis, Rômulo, Daniel Gadelha, Pedro (coala) e Jackeline, Anna Erika e Danielle Rodrigues.

Um especial agradecimento à professora Eliza Zanella, que participou da minha formação, quando tutora do PET, e que até hoje encanta o Departamento com sua beleza e simpatia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC e a todos os professores e funcionários do Departamento de Geografia que, de uma forma ou de outra, contribuíram na formação acadêmica e na minha pesquisa.

RESUMO

O modelo de desenvolvimento econômico pautado sobre a lógica da reprodução ampliada do modo de produção capitalista tem provocado, a nível global, uma série de crises intrínsecas a este sistema, que reverberam sobre os mais distintos setores da sociedade. Contudo, crise e capital não são processos indiferentes. Pelo contrário: de acordo com a intensidade e a duração da crise, o capital busca novas estratégias de se expandir em seu processo incessante de acumulação. Neste contexto, o espaço agrário se apresenta enquanto “espaço de reserva”, ao qual são canalizados investimentos públicos e privados com o objetivo de intensificar sua reprodução e conter sua crise. Estes processos são apresentados de duas formas: a partir da *territorialização do capital no campo* e pela *monopolização do território* pelo capital. Neste estudo debruçei-me sobre a análise deste avanço do capital no campo e sua dinâmica de incorporação de novas terras por meio da expansão de culturas voltadas para produção de agrocombustíveis. Analisei, sobretudo, estes desdobramentos a partir do impulso desta produção pela política pública do governo Federal, denominada de Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB. Para pesquisa, utilizei o método regressivo-progressivo de Lefebvre, com a finalidade de analisar os pressupostos existentes na realidade estudada, seja a partir do conhecimento empírico como do científico, permanecendo em diálogo com a realidade existente e sua dinâmica. Desta forma, priorizei também, compreender seus rebatimentos políticos, sociais e territoriais, analisando as condições de precarização do camponês, enquanto sujeito social presente nesta política pública. Destacamos a condição de subalternidade de seu trabalho e de sua produção, a partir das diretrizes estabelecidas pelo PNPB, na qual a agricultura camponesa é um de seus principais eixos, assim como pelo modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista e sua estratégia de integração de capitais, o agronegócio, na qual esta política pública passa a corroborar. Neste trabalho, também foi possível identificar a postura política dos Movimentos Sociais, sobretudo, do MST, frente a expansão do cultivo de culturas para produção dos agrocombustíveis em seus assentamentos, assim como a orientação que é passada para seus técnicos e o cuidado com o não solapamento da soberania alimentar dos camponeses.

Palavras-chave: Agrocombustível. Camponês. Crise Estrutural do Capital. Soberania Alimentar

ABSTRACT

The model of economic development based on the logic of amplified reproduction, typical of the capitalist mode of production, has caused a series of crisis at global level; in fact, they are intrinsic to this system and reverberate along several sectors of society. Nevertheless, the crisis and capital are not indifferent processes, on the contrary; according to the intensity and the duration of the crisis, the capital pursuits new strategies to expand itself in this incessant process of accumulation. In such a context, the agrarian space is presented as a “reservation” in which the private and public investments are channelized aiming the intensification of production in order to contain the crisis. These processes are introduced in two forms: by the territorialization of capital in the countryside and by the monopolization of territory by capital. In the present study, we aim at analyzing not only this advance of capital in the countryside, but also its dynamics of incorporation of new lands through the expansion of tillages towards the production of agrofuel. We analyze, in particular, the unfoldings in the matter initiated with the impulse of the production promoted by a public politic of the federal government called Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB. For research, I used the regressive-progressive method of Lefebvre, in order to analyze the assumptions that exist in reality studied, either from the scientific and empirical knowledge, remaining in dialogue with the existing reality and its dynamics. This way, we also prioritize the understanding of its political, social and territorial influences by analyzing the precarious conditions of the peasants, being them the social subjects of this politic. It is convenient to highlight the condition of subjugation of their work and production, considering the guidelines established by PNPB in which the peasant agriculture is one of its main axis; having in mind, the model of development of the capitalist agriculture and its strategy of integration of capital, the agribusiness, in which the cited politic corroborates. In this work was also possible to identify the political stance of social movements, especially the MST, against to the expansion of cultivation of crops for the production of agrofuels in their settlements, as well as guidance that is passed to its technicians and care for for not undermining the food sovereignty of the peasants".

Key words: Agrofuel. Peasants. Structural Crisis of Capital. Food Sovereignty.

LISTA DE SIGLAS

ANP - Agência Nacional do Petróleo
ASTEC – Acessória Técnica
COPASAT - Cooperativa Cearense de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Ltda
COOPERBIO – Cooperativa Biocombustível
COOPTRACE - Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MME – Ministério de Minas e Energia
MST - Movimento dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem Terra
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLVEQ – Indústria e comércio de Óleos Vegetais LTDA
PBIO – Petrobras Biocombustível S/A
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
PNPB - Programa de Produção e Uso de Biodiesel
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
SDA – Secretária do Desenvolvimento Agrário
SEAGRI - Secretária de Agricultura do Estado do Ceará
STR's – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Monsenhor Tabosa-Ce_____	16
Figura 2	Cadeia Produtiva da Mamona_____	44
Figura 3	Participação da Agricultura Familiar no Fornecimento de matérias-primas _____	46
Figura 4	Localização das Usinas Petrobras de Agrocombustíveis na região do Semiárido Brasileiro_____	48
Figura 5	Indicadores da Produção de Mamona 2007-2010 (hectares plantados)_____	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Matérias-primas utilizadas para a produção do Biodiesel no Brasil	57
Gráfico 2	Matérias-primas utilizadas para a produção do Biodiesel no Brasil	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Plano de Trabalho Interministerial _____	42
-----------------	--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura Fundiária do Brasil (2003)	34
Tabela 2	Quantidade de agricultores e hectares voltados para produção de Mamona_____	52
Tabela 3	Quantidade de agricultores e hectares assistidos pela Cooptrace____	52
Tabela 4	Quantidade de produtores em Monsenhor Tabosa_____	59

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Unidade de produção de Biodiesel - Petrobras, Quixadá _____	47
Foto 2	Unidade de produção de Biodiesel - Petrobras, Quixadá _____	47
Foto 3	Compra da mamona pela Petrobras, Monsenhor Tabosa-CE _____	54
Foto 4	Agricultora e saco de mamona em casa. Assentamento Bargado, Monsenhor Tabosa-CE _____	54
Foto 5	Agricultor. Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa-CE_____	65
Foto 6	Agricultor e Técnico da Cooptrace. Assentamento Bargado, Monsenhor Tabosa-CE _____	65
Foto 7	Cultivo consorciado de Mamona com feijão, Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa-CE_____	73
Foto 8	Agricultor e Técnico da Cooptrace. Assentamento Bargado, Monsenhor Tabosa-CE_____	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUA EXPANSÃO VIA MUNDIALIZAÇÃO	22
2.1	Territorialização e Monopolização do território via Agronegócio	27
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROCOMBUSTÍVEIS	35
3.1	<i>Policy, politic</i> e políticas públicas	35
3.2	Do Proálcool ao PNPB	39
3.3	Usina de Agrocombustível Quixadá	47
3.4	Mamona	49
4	MATERIALIZAÇÃO DA MAMONA NO TERRITÓRIO DO CEARÁ E A PARTICULARIDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA EM MONSENHOR TABOSA	51
4.1	Desdobramentos do PNPB no Espaço Agrário Cearense	51
4.2	Monsenhor Tabosa	57
4.3	Da crítica da produção a construção da Soberania alimentar	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
	ANEXOS	88

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o tema da produção de agrocombustíveis, também chamados biocombustíveis, é fazer menção à escassez de petróleo, a principal matriz energética, bem como de seus derivados, o que fica claro quando tomamos como referência os aumentos sucessivos de seu preço no mercado internacional e nacional, e também por tensões políticas geradas por essa escassez, o que impulsionou o aumento da demanda pelo desenvolvimento de energias alternativas.

Miranda e Carmo (2011), afirmam que cotados como uma nova saída para a crise ambiental e o futuro energético do planeta, os agro e biocombustíveis crescem em importância no mercado mundial. O que suscita questões ligadas diretamente à crise da segurança alimentar, energética, monoculturas, produção excludente, “imperialismos verdes”, entre outras. Segundo os supracitados autores, o estudo dos impactos, seja positivo ou negativo, da produção e comércio em larga escala desses combustíveis vem aumentando à medida que os governos de várias nações adentram na perspectiva da expansão dos mercados e auxílio à produção, ou seja, no espaço agrário nacional.

O fato é que o fornecimento de energia para uma demanda mundial crescente impõe desafios às políticas energéticas nacionais e internacionais. (SILVA JÚNIOR; PEREZ, 2008). Esta realidade pode ser observada pelos “incentivos” a expansão da produção de cana-de-açúcar e o retorno ou introdução de novas culturas como a mamona, o pinhão-manso, o girassol, dentre outras, neste setor conjunturalmente promissor.

Indubitavelmente, estas indicações desencadearam a seguinte reflexão: a produção do Biodiesel pode beneficiar a agricultura familiar da mamona no Semiárido cearense? Tal questionamento emerge sob a égide da proposta do Governo Federal em possibilitar a partir de políticas públicas distributivas a garantia de segurança alimentar e nutricional a agricultores familiares nessas regiões.

Conforme Marilena de Paula (2011), no livro “Nunca antes da História desse País: um balanço das políticas do Governo Lula”, o governo brasileiro difundia diversos discursos ligados à importância da produção de agrocombustíveis no País. Entre elas, pregou internacionalmente que tal esta atividade, como proposta para a redução da fome em países da África, também promoveria a abertura de mercados para empresas brasileiras nesses países.

Com isso desconsiderou-se a grande crítica quanto à expansão dos agrocombustíveis, ou seja, os impasses gerados com a produção de alimentos. Para Paula (2011) “produzir agrocombustíveis tem contribuído para a subida de preços dos alimentos e uma corrida das transnacionais para compra de terra em países subdesenvolvidos, num fenômeno chamado “*land grabbing*”. (p.11). Assim ratificaram-se interesses do grande empresariado industrial e do agronegócio brasileiro, nem sempre condizentes com o princípio dos direitos e da sustentabilidade ambiental.

Entretanto, mesmo sendo impulsionadas por demandas sociais, as políticas públicas, nem sempre estão voltadas absolutamente ao interesse público. Como exposto inicialmente, o mercado também impulsiona o direcionamento destas, o que coaduna com Saraiva e Ferrarezi (2006), quando estes afirmam que as políticas públicas se apresentam, ainda, como um elenco de disposições, medidas e procedimentos que espelham a orientação política do Estado.

Logo, diversas críticas estabelecidas às políticas para os agrocombustíveis, versam sobre o fato de a agricultura familiar ser inserida apenas como fornecedora de matérias-primas, onde o modelo dominante mascara o arrendamento e também o assalariamento do campesinato, estando embutindo o difundido pacote tecnológico da revolução verde, por meio das políticas de crédito, da assistência técnica, bem como da extensão rural.

Para Tygel (2011), na Carta Política escrita durante o “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências”, o diálogo do governo com os movimentos sociais se precariza pela setorização e atomização das relações, enquanto a mistura de interesses e operações entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Petrobrás legitima o canal de negociação empresarial no marco de uma política pública.

Assim, o avanço do capital no campo a partir de crescentes investimentos por parte de multinacionais estrangeiras, juntamente com as políticas públicas do Estado brasileiro de incentivo a expansão da produção de agrocombustíveis, sugere que esta expansão visa atender, a priori, as seguintes hipóteses: i) assegurar o domínio econômico e o comando político do setor de produção deste setor, em um contexto de migração da matriz energética) atender alternativas para reprodução da lógica de acumulação ampliada do capital, com o objetivo duplo de amenizar as crises do capital e manter suas áreas de expansão.

Os motivos e as estratégias para impulsionar esta produção surgem num contexto de crises financeiras, alimentares, ambientais e energéticas, que não podem ser

analisadas de forma localizada e isolada. Estas crises fazem parte de uma crise mais complexa, denominada por Mészáros (2002) de *crise estrutural do capital*. Esta, “reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas” (MÉSZAROS, 2002, p.798) e não se restringe somente à esfera socioeconômica.

O discurso que o petróleo chegará ao fim não é único. Há também, conforme Stédile, um *clamor* de toda humanidade diante das denúncias dos cientistas de que o planeta está aquecendo perigosamente, e que o aquecimento vai alterar todo sistema do clima, de chuvas e da produção agrícola, afetando a saúde das pessoas e colocando em risco várias espécies, inclusive a sobrevivência humana.

Ligada às dimensões da crise supracitada, a ambiental é talvez a mais espetacularizada pela mídia. Ou seja, é expressiva a quantidade de matérias, entrevistas, filmes, documentários, dentre outros, veículos de comunicação que abordam o tema, aquecimento global. Neste tema, é recorrente a apresentação de “soluções” que só dizem respeito à necessidade de mudanças nos comportamentos individuais, como evitar desperdício de água, de energia elétrica, o consumo consciente, moderação na utilização do automóvel, etc.

A lógica da simples transformação de alguns comportamentos individuais deve ser acompanhada de um questionamento na lógica de acumulação capitalista que interfira na linha de continuidade do sistema. (HOULTARD, 2010). Ao passo que este discurso não avança para uma crítica do sistema capitalista, o discurso ambiental passa a fazer parte do vocabulário de gestores do capital, como empresas multinacionais, governos, dentre outros e, conseqüentemente, passa a ser reivindicado como necessário para sua própria expansão.

É desta forma, encoberta pelo manto do discurso ambiental, que a migração da atual matriz energética, baseada no petróleo - combustível de origem fóssil, poluidor, não renovável, de difícil acesso e próximo à escassez - tem sido impulsionada para produção e desenvolvimento dos “combustíveis limpos” e conduzido pela lógica de reprodução do capital. Diferentemente do petróleo, de origem fóssil, os agrocombustíveis são combustíveis originários dos óleos vegetais, ou seja, de plantas e sementes oleaginosas a exemplo da mamona, tungue, pinhão-manso (*Jatropha Curcas L.*), a palma africana, palma (dendê), a soja, o algodão, o amendoim e o girassol. Ideologicamente, na linguagem escolhida pelos gestores e representantes do capital, é denominado de biocombustível, na qual há o sequestro do prefixo *Bio*, que significa

vida - de origem grega -, e retirada do prefixo *Agro*, que denunciaria sua origem agrícola, mascarando assim algumas contradições postas na sua produção¹.

Segundo Stédile (2007), o que está em curso é uma grande aliança entre três tipos de capitais transnacionais: as empresas petrolíferas - que desejam diminuir a dependência do petróleo, como a Petrobrás, por exemplo -; as automobilísticas, interessadas em seguir com esse padrão de transporte individual para obter lucro; e as empresas do agronegócio, como a Bunge, a Cargill e a Monsanto, empenhadas para continuar monopolizando o mercado mundial de produtos agrícolas. O Brasil, sob esta ótica, enquanto país com grandes extensões de terras agricultáveis se posiciona estrategicamente como foco para investidores manterem sua margem de lucro.

Para impulsionar a produção de agrocombustíveis no Brasil, utilizando as discutidas demandas, o Governo Federal instituiu em 2003, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Passados dois anos, após a criação do programa, com o objetivo de atender aos interesses e executar este projeto político, o governo brasileiro em 13 de janeiro de 2005, publicou a Lei 11.097, estabelecendo a adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado no país. A obrigatoriedade desta lei, também instituía que este percentual se tornaria crescente chegando em 2007 a 2%, e em 2012 a 5% de todo diesel comercializado em território nacional.

Segundo a cartilha divulgada pela Via Campesina, *Biodiesel e biocombustíveis: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo(S.d)*, seriam necessários 800 milhões de litros de biodiesel para alcançar a meta de 2%, sem contar com as possibilidades de exportação, aspecto que sucinta reflexão.

Só para atingir a meta de 800 milhões de litros – previstos em 2007 – seria necessária uma área plantada de girassol, por exemplo, em torno de 700 mil hectares ou área necessária com plantio de mamona, ao redor de 400 mil hectares. Caso se pense o óleo de soja como matéria-prima, para atingir a meta de 2007 seriam necessários dois milhões de hectares de soja plantada, o que demonstra que esta fonte de matéria-prima não será a mais viável. (VIA CAMPESINA, s.d, p.8-9).

Anualmente o Brasil consome cerca de 40 milhões de litros de diesel. Orientado por um programa que visa estabelecer em 2012 o percentual de 5% no diesel

¹ Em nossa pesquisa, optamos politicamente por utilizar o termo agrocombustíveis.

consumido comercialmente, isto resultaria em uma demanda de dois milhões de toneladas de óleo vegetal por ano. Em 2004, o Brasil produziu cerca de 5,5 milhões de toneladas de óleo de soja, dos quais, aproximadamente 2,4 milhões de toneladas foram exportadas. (GUTERRES *apud* VIA CAMPESINA, s/d).

O Brasil, nestas circunstâncias, se apresenta como um potencial líder na produção dos agrocombustíveis. No entanto, os impactos sociais e territoriais acarretados por uma produção com escala tão grande, colocaria o país na liderança também em desigualdade e injustiça.

Depois de feito este preâmbulo e refletindo sobre as possibilidades de exportação, visto que a demanda por agrocombustíveis tende a crescer mundialmente, buscamos nesta pesquisa, como objetivo principal, desvelar os impactos sociais e territoriais decorrentes desta produção a partir do PNPB (2005).

O espaço rural que produziu grãos, cereais, com objetivo de alimentar a sociedade, para passa a ter uma nova função agrícola produtiva: produzir energia ou, mais precisamente, a agroenergia.

Diante dessas indicações, diversos questionamentos surgiram. Entre eles: haverá uma disputa nas lavouras, entre culturas agroenergéticas e culturas alimentares? Haverá um avanço das culturas agroenergéticas sobre as culturas alimentares? O valor dos alimentos se elevará? Isto poderá ocasionar o aumento da fome no mundo, sobretudo nos países pobres? Haverá transformações na produção camponesa? A crescente demanda pela produção de agrocombustíveis promoverá a concentração de terras? O preço da terra aumentará? O camponês sofrerá com a precarização de seu trabalho? Estes são alguns nuances e inquietações, colocadas, que auxiliarão o desenvolvimento da pesquisa.

Defini como área de estudo para o desenvolvimento da pesquisa o município de Monsenhor Tabosa, no Estado do Ceará. Este município esta localizado no semiárido do Estado, distante 300 km da capital do Estado, Fortaleza (MAPA 1).

Dentre os fatores impulsionadores para a escolha do recorte espacial, versaram três motivos que nos auxiliaram na delimitação da área. O primeiro, pelo acesso de dados estatísticos disponibilizados pela Cooperativa de Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (Cooptrace), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estas informações indicaram o município como sendo o de maior produção no ano de 2009, bem como, possuindo a maior quantidade de produtores de mamona do Estado neste mesmo ano, sendo este o segundo.

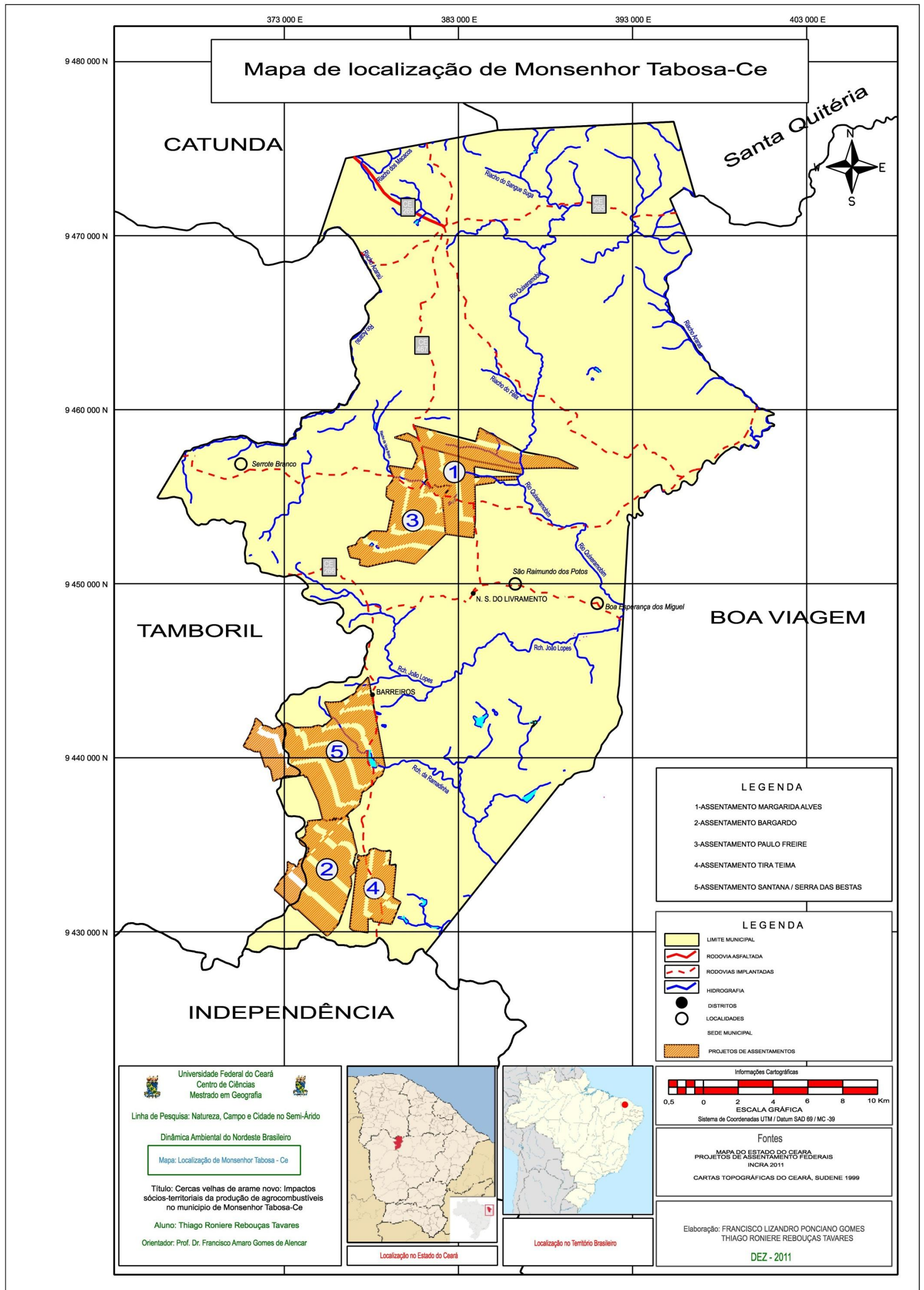


FIGURA 1 – Localização de Monsenhor Tabosa – CE. Fonte: INCRA, 2011.
Geoprocessamento: Thiago Tavares, Lizandro Gomes, 2011.

Sob estas condições, visitei dois assentamentos do município com maior produção de mamona, os assentamentos Santana e Bargado. Após a visita de campo e feitas algumas entrevistas com camponeses produtores mamona, tive como revelação, o terceiro motivo que me fez escolher esta área para desenvolver o projeto foi o seu passado histórico de produção de mamona.

Segundo relato de camponeses mais antigos, a região, que inclui os municípios de Tamboril, Santa Quitéria e Boa Viagem, assim como Monsenhor Tabosa, duas culturas “sempre foram muito fortes”: a mamona e o algodão. No entanto, com a praga do bicudo sobre o algodão e com o baixo preço da mamona, estas culturas foram “se acabando”.

Com o objetivo de compreender o PNPB, defini como período de análise, estudar os anos de 2007 a 2010, momento em que o PNPB se torna mais evidente, impulsionado pelo decreto que estabelece a obrigatoriedade da adição 2% de biodiesel no óleo diesel. Embora este recorte temporal se apresente pré-estabelecido, ele não tem como finalidade se limitar a esta periodização.

Em nosso trabalho optei por realizar entrevistas e aplicar um questionário semiestruturado (APÊNDICE 1) a 61 agricultores cadastrados no PNPB. Destes 54 residiam em Monsenhor Tabosa e outros sete nos municípios vizinhos. As informações obtidas a partir dos questionários aplicados aos moradores de Monsenhor Tabosa, foram sistematizadas por critérios estatísticos.

Os camponeses entrevistados residem em lugares diferenciados do município, alguns moram em localidades distantes da Sede e outros nos assentamentos federais. Os assentamentos e a quantidade de camponeses entrevistados são respectivamente: Santana, e Bargado dez; Tira Teima, oito; Paulo Freire e Margarida Alves seis. As localidades foram São Raimundo dos Potós, cinco; Serrote branco, quatro; e Boa Esperança do Miguel, quatro.

Chamamos atenção no texto, para explicar que todas as citações e referências advindas de entrevistas e transcrições, seja por parte de assentados, como por parte dos técnicos da Petrobras, técnicos de instituições que fornecem assistência a camponeses assentados e de comunidades rurais, estão identificados com letras maiúsculas do alfabeto, E, J, L, e etc. A justificativa para não identificação destes sujeitos se deve ao conteúdo que está sendo apresentado, já que o mesmo, grande parte das vezes, contém posições políticas. Desta forma, requerendo uma preservação da integridade dos mesmos, frente as suas instituições.

Os questionários aplicados tiveram como objetivo confrontar e associar as informações obtidas com elementos e das dinâmicas atuais, como as que efetivam problemáticas tocantes à produção - expansão do agronegócio, o patenteamento de sementes, a produção de agrocombustíveis -; a estrutura agrária; concentração e política de distribuição de terras a partir do mercado ou reforma agrária de mercado, assim como o trabalho e sua precarização crescente a aspectos já marcantes no espaço agrário, como: o êxodo rural, à falta de incentivos para produção familiar camponesa; a violência; e a exclusão dos trabalhadores do campo, dentre outros.

Na minha concepção, nenhum processo social poder ser analisado isoladamente. Ou seja, abordar uma temática, como o estudo de um assentamento rural, é visualizar um processo social em escala mais ampla. Nesse contexto, acreditamos que na intenção de pensar o espaço rural hoje, faz-se necessário uma abordagem teórico-metodológica consistente, na qual o pesquisador acompanhado dos conceitos geográficos, assim como de outras categorias de outras áreas do saber científico, consiga desvelar o empírico, em sua essência.

Para contemplar a pesquisa busquei desenvolver um método que pudesse partir de pressupostos existentes na realidade estudada, mas/e que permanecesse em diálogo com a realidade presente, exigindo, além de novas categorias e novas abordagens, a criatividade e sensibilidade do pesquisador. Desta forma, compreendemos que o método deve permanecer dinâmico, o que não implica sua ausência ou sua falta de coerência na pesquisa.

No caso dessa Dissertação, apropriei-me do método *regressivo-progressivo* de Lefebvre (1981) para sua operacionalização.

Esse autor ao fundamentar seu método, sugere três momentos distintos na realização do trabalho: o *momento descritivo*, o *analítico regressivo* e o *histórico-genético*. Para o momento *descritivo*, a observação ocorre munida da experiência e de uma teoria geral. “Em primeiro plano: observação participante no local da pesquisa. Utilização prudente das técnicas de pesquisa, entrevistas, questionários, estatísticas”. (LEFEBVRE, 1981, p.173).

Nesta esteira, para efetivar este momento de nossa pesquisa, conversamos com agricultores mais velhos, militantes do MST e assessores técnicos, sobre a produção de mamona no município, suas vantagens e desvantagens, o cultivo em tempos pretéritos pelos seus pais e avós, a venda da oleaginosa, suas utilidades domésticas, dentre outros

temas tocantes à produção da mamona, com o objetivo de confirmar ou refutar algumas das informações já obtidas previamente sobre o município e os locais da pesquisa.

No segundo momento, o *analítico-regressivo*, para não cair nos *arcaísmos*, o pesquisador mergulha na complexidade da vida social, constatando as relações sociais coexistentes, datando-as e decompondo a realidade analisada. (MARTINS, 1996). De acordo com esse autor, “O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica”. (MARTINS, 1996, p.21).

Como salientado por Martins (1996), percebi o cultivo de mamona nunca desapareceu da região por completo. O cultivo da oleaginosa está presente a longas datas do cotidiano do agricultor. Desta forma, o PNPB, enquanto política pública incentivou o aumento da produção, induzido principalmente pelo aspecto econômico presente em suas diretrizes, provocando alguns rebatimentos na cultura produtiva dos agricultores.

O terceiro momento, *histórico-genético*, é o estudo

[...] das modificações desta ou daquela estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior (interno e externo) e por sua subordinação às estruturas de conjunto. Esforço para uma classificação genética das formações e estruturas, no quadro do processo do conjunto. Esforço, portanto, para retornar ao atual anteriormente descrito para reencontrar o presente, porém elucidado, compreendido: explicado. (LEFEBVRE, 1981, p.173).

Alicerçados pelas duas etapas anteriores, alcanço o momento de tornar inteligíveis as abordagens contidas nestas etapas com conclusões sobre a pesquisa, identificando rebatimentos, transformações, e problemáticas, a partir do momento de “entrada”, do PNPB, na lógica produtiva dos agricultores.

Estes três momentos propostos por Lefebvre (1981), como método, auxiliou-me de forma clara: no desvendamento de complexidades horizontais (*momento descritivo e analítico-regressivo*) e verticais (*histórico-genético*) - presentes, por exemplo, na constituição de assentamentos. Já o impacto das políticas públicas auxiliou-me na justaposição de técnicas e as distinções entre as categorias agrícolas (parceiros, meeiros, moradores), dentre outros. Desta forma, a ciência geográfica, ao fazer uso de conceitos, como espaço e território, enriquece seu aparato de apreensão da realidade.

Neste sentido, percebe-se que - diferentemente do marxismo vulgar ou ortodoxo que teve na dialética um dogma - Lefebvre fez da dialética um método coerente e dinâmico de desvelamento dos fenômenos sociais presentes na realidade, seja ela agrária ou urbana, ao fazer uso da História. Porém, sem colocar esta ciência sob um pedestal inalcançável por outros campos do saber, mas fazendo que a História, a Geografia, a Sociologia e outras ciências prescindam de contribuições mútuas.

Como referencial teórico, exigido no desenvolvimento do trabalho, delineei a construção de um arcabouço teórico que não se restringe somente aos pensadores da Ciência Geográfica, mas também de outras áreas do conhecimento científico, como a Sociologia, Economia e História, buscando promover o maior diálogo entre as ciências. Dentre outros, citamos José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, David Harvey, István Mészáros, Ricardo Antunes, Amaro Alencar, Bobbio.

Assim, para desenvolver este trabalho percorri as seguintes etapas: seleção e revisão teórica de bibliografia correspondente; pesquisa documental; trabalhos de campo; coleta e construção de banco de dados; tratamento e interpretação de dados; redação final do estudo. A seleção bibliográfica e a revisão teórica se apresentaram como um dos primeiros momentos que encaminhei na pesquisa. O objetivo foi/é de identificar teórica e empiricamente, referências que fundamentem o recorte analítico. A consulta se estende tanto a materiais impressos como virtuais, tocantes a livros, revistas, teses, dentre outros.

Realizei três trabalhos de campo, no qual estes proporcionaram um contato empírico com o objeto, podendo elucidar e provocar alguns questionamentos surgidos na pesquisa bibliográfica, assim como na análise e interpretação de dados. Nesse sentido, o trabalho de campo foi acompanhado de entrevistas, com questionários abertos, levando em conta o diálogo, e semiabertos, construídos no decorrer do estudo. Por serem instrumentos qualitativos, avaliei que estes possibilitarão uma maior proximidade com o empírico assim como a verificação das hipóteses do estudo.

A pesquisa documental, assim como de dados, proporcionou uma apreciação crítica, a partir da análise quantitativa. Nesse sentido, apontei instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará; entidades: como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, além de Organizações Não Governamentais, Cooperativas de Trabalhadores e etc., além de jornais e outros meios de comunicação.

A dissertação aqui apresentada está dividida em cinco capítulos. O primeiro é a *Introdução*. No segundo, intitulado *Crise Estrutural do Capital e sua Expansão via Mundialização*, faço uma discussão sobre as crises intrínsecas ao modo de produção do capital e suas estratégias de expansão.

No capítulo 3, *Políticas Públicas e Agrocombustíveis*, discorro algumas concepções norteadoras que estruturam as políticas públicas, como ideologia e estado, buscando desvelar algumas de suas contradições existentes.

No capítulo 4, abordo a materialização da mamona no território do Ceará e a particularidade da produção camponesa em Monsenhor Tabosa, que tiveram como objetivo identificar os processos decorrentes da política pública estudada em questão. Enfatizando seus rebatimentos sociais e territoriais, a partir da integração dos camponeses do município de Monsenhor Tabosa ao mercado de Agrocombustíveis. Preliminarmente, apresentamos alguns dados e rebatimentos do PNPB no Estado de forma geral.

No capítulo 5, faço as considerações finais.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUA EXPANSÃO VIA MUNDIALIZAÇÃO

Vivemos, na contemporaneidade, uma época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo, ao que Mészáros (2002) denominou de crise estrutural. Estabelecendo a diferença entre capital e capitalismo Antunes, orientado por Mészáros, explica que,

[...] O Capitalismo é uma das formas possíveis da realização do Capital, uma de suas variantes históricas, presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadoria (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, por meio da constituição daquilo que Mészáros denomina “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e demais países do Leste europeu, durante várias décadas deste século XX [...]. (ANTUNES, 2007, p.23).

Embora, neste momento histórico, a crise do capital aponte para um colapso no modelo de reprodução ampliada do capital em sua estrutura, crise e capital nunca foram indiferentes um ao outro. A questão se dá inversamente, já que a variação da intensidade das crises e sua duração são condições necessárias para sobrevivência do capital. Assim, Mészáros afirma que são exatamente a intensidade e a duração das crises as “maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. (MÉSZÁROS, 2002, p.795).

A novidade histórica desta crise se manifesta por quatro aspectos: i) é *universal*, não se restringindo a uma esfera específica da produção ou de um ramo econômica particular; ii) é *global*, por não atingir não só um conjunto particular de países, como foram as crises pretéritas; iii) sua *escala de tempo é permanente* e contínua, diferenciando-se das crises cíclicas, anteriores do capital; iv) é *erastejante* em contraste com as crises anteriores que podem ser caracterizadas como espetaculares, no sentido de assumirem impactos de grande erupção e colapsos econômicos dramáticos. (MÉSZÁROS, 2002).

Em termos simples e gerais, o que pode caracterizar uma crise estrutural é a evidência desta em “afetar a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais

é articulado”. (MÉSZÁROS, 2002, p.797). Diversamente de uma crise não estrutural que independente de seu grau de severidade, interfere em apenas algumas partes do complexo, mantendo a estrutura global sem risco de sobrevivência. (MÉSZÁROS, 2002).

Em um tempo pretérito, diferentemente do atual momento histórico, no período pós-guerra, era inimaginável ou, no mínimo, embaraçoso falar em crise capitalista. Isto devido à estratégia de funcionamento do capital que conseguiu afastar suas contradições mais latentes e também pela “mistificação ideológica (do ‘fim da ideologia’ ao ‘triunfo do capitalismo’ organizado e à ‘integração da classe trabalhadora’ etc.) que apresentou o mecanismo de deslocamento sob disfarce do remédio estrutural e solução permanente”. (MÉSZÁROS, 2002, p.796).

Na atualidade, segundo Mészáros (2002) a mesma estratégia de mistificação ideológica utilizada para tornar inconcebível e antiquado falar em crise, agora reaparece atribuindo seu retorno como consequência do desenvolvimento tecnológico. Nas palavras de Mészáros,

[...] Naturalmente, quando já não é mais possível ocultar as manifestações da crise, a mesma mistificação ideológica que ontem anunciava a solução final de todos os problemas sociais hoje atribui o seu reaparecimento a fatores puramente tecnológicos, despejando suas enfadonhas apologias sobre a “segunda revolução industrial”, “o colapso do trabalho”, a “revolução da informação” e os “descontentamentos culturais da sociedade pós-industrial.” (MÉSZÁROS, 2002, p.796).

Para não cair no discurso pós-moderno, de caráter mais reacionário e niilista, Mészáros (2002) sugere uma análise mais complexa da crise do capital no sistema capitalista, de acordo com a compreensão das características de seus limites *imediatos* e seus limites *últimos*, assim como da possibilidade de sua superação.

Os limites *últimos* fazem referência ao entendimento da crise pelo todo, em todas as dimensões que compõem o capital e não somente dizendo respeito a um aspecto particular. Segundo Mészáros (2002) as dimensões fundamentais que compõem o desenvolvimento histórico real do capital são: a produção, o consumo e a circulação/distribuição/realização. Uma crise estrutural não afeta apenas uma de suas dimensões, mas atinge a totalidade do capital.

A crise de 1929-33, por exemplo, foi “essencialmente uma ‘crise de realização’, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado

ao período pós-guerra”. (MÉSZÁROS, 2002, p.798). Esta afetou apenas uma das dimensões de reprodução do capital, não podendo ser caracterizada como uma crise estrutural; pelo contrário, ela possibilitou a superação dos limites *imediatos*, surgidos na esfera da realização.

Na contemporaneidade, a crise estrutural do capital que teve início na década de 1970, significa simplesmente que as três dimensões da “autoexpansão do capital” exibe perturbações cada vez maiores [...] que, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a ser cumulativas, portanto, estruturais”. (MÉSZÁROS, 2002, p.799-800).

É a partir do ano de 1973, que se estabelece uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo, “embora a lógica inerente de acumulação capitalista e suas tendências a crises permaneçam as mesmas”. (HARVEY, 2006, p.177). Harvey (2006) denominou de *acumulação flexível*, o novo regime de acumulação capitalista que substituiu o modelo *fordista-keynesiano* por se contrapor a rigidez deste.

O *fordismo-keynesiano* caracterizou-se pela rigidez excessiva em vários setores econômicos, como: controle dos investimentos de capital em ramos da indústria, que exigia flexibilidade e um crescimento estável; rigidez nos mercados; na locação dos contratos de trabalho; e a rigidez dos compromissos do Estado, que asseguravam determinados programas de assistência como, a seguridades social, direitos de pensão, etc. (HARVEY, 2006, p.135-136).

Antes de caracterizar os elementos principais que constituem este novo regime de acumulação, cabe aqui destacar a ressalva de Harvey, de não ser absoluta e completa a mudança de um paradigma da acumulação para outro.

[...] As tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte – mas o fordismo que as pretendia também não. A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível), em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão ou na Coreia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como as de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apóiam em relações de trabalho mais ‘artesaniais’, paternalistas ou patriarcais (Famíliares) que implicam controles bem distintos de controle de trabalho. (HARVEY, 2006, p.179).

Sobre a *acumulação flexível*, apoiando-se, sobretudo, na flexibilidade dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho e de uma nova constelação de

mercadorias e padrões de consumo variados, este novo regime de acumulação, caracteriza-se, segundo Harvey,

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. (HARVEY, 2006, p.140).

A *acumulação flexível* enquanto novo paradigma de acumulação do capital, desta forma, definia-se como recurso estratégico utilizado pelo capital para suplantar os horizontes temporais e barreiras espaciais, que dificultavam sua expansão, em contraste com a rigidez do regime *fordista-keynesiano*. Assim se expressa Harvey,

[...] O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço por meio do tempo é onipresente, tal como é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes (organização serial da divisão territorial do trabalho e aglomeração em grandes cidades) redes de circulação (sistemas de transporte e comunicação) e de consumo (formas de uso e de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades) [...]. (HARVEY, 2006, p.212).

Seguindo bem próximo da abordagem de Mészáros, Antunes (2007) aponta os traços mais evidentes do quadro crítico do qual a crise estrutural do capital vem se delineando a partir da década de 1970. 1) A queda da taxa de lucro, dentre outros elementos, pelo aumento do preço da força de trabalho, decorrente das mobilizações e intensificações das lutas ocorridas no período compreendido entre 1945 e 1960; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava; 3) hipertrofia da esfera financeira, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) crise do “Estado do bem-estar-social” acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos

públicos e sua transferência para o capital privado; 6) aumento acentuado das privatizações e flexibilização do processo produtivo.

Neste contexto, os elementos enfatizados sinalizam uma crise com características mais profundas do que o denominado modelo *fordista-keyneisiano*. Este era uma “expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo”. (ANTUNES, 2007, p. 31). Tratava-se, portanto, de uma crise estrutural, que se destacava pela tendência “*decrecente da taxa de lucro, pela intensificação da lei de tendência decrecente do valor de uso das mercadorias e da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital*”. (ANTUNES, p.31, grifo nosso).

A crise estrutural do capital não significa necessariamente o fim do capital, pelo contrário, o colapso deste sistema, como já exposto, se apresenta há mais de três décadas. Nestes termos é que Mézáros (2002, p.1089), mesmo apontando suas análises para evidenciar a endêmica crise do capital, reconhece que ainda é excessivamente otimista sugerir que “*o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso*”. Em outras palavras, ele admite a possibilidade do surgimento de novas estratégias que visem manter a vigência do modo de produção ainda por um bom tempo.

Desta forma, para escapar de suas intrínsecas contradições, concretizada por meio das crises, o capital busca se expandir. Sua expansão, simultaneamente, assume dois aspectos. O primeiro diz respeito à *intensificação* crescente da produção e do consumo, a partir da criação de “novos desejos” e de “necessidades” sociais; o segundo pela *expansão geográfica*, em que o capital procura e cria novos espaços para manutenção da acumulação. (HARVEY, 2005).

O avanço do sistema produtor de mercadorias sobre novas esferas de atividades produtivas, intensificando-as e expandido-as, realiza-se - segundo Harvey (2005) - pela capacidade do capitalismo de criar novas oportunidades para a acumulação mediante tais condições: primeiro, quando se faz valer de uma organização preexistente de atividades ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, transformando a agricultura de subsistência do camponês em agricultura comercial); segundo, mediante a diversificação da divisão social do trabalho e expansão dos pontos de troca dentro do sistema produtivo.

O cenário compreendido no período das décadas de 1960 e 1970 nos serve como exemplo no qual há uma transformação da produção agrícola brasileira, a partir do incremento das técnicas, de insumos produtivos, da utilização de produtos químicos

e outros elementos, que começavam a caracterizar a moderna agricultura empresarial de alta produtividade. Intitulada como “Revolução Verde”, este momento é representativo para o avanço e desenvolvimento do capital, orientado pela sua necessidade de intensificação e expansão².

2.1 Territorialização e Monopolização do Território Via Agronegócio

A partir da década de 1980, o conceito “global” advindo das célebres escolas americanas de administração de empresas, como Harvard, Columbia, Stanford, dentre outras, inundou a imprensa econômica e financeira de língua inglesa, legitimando e traduzindo as novas estratégias de expansão do capital internacional. (CHESNAIS, 1996, p.23). Segundo Chesnais, este termo foi utilizado para divulgar aos grandes grupos empresariais a seguinte mensagem:

[...] em todo lugar onde se possam gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e de controle; reorganizem-se e reformulem em consequência suas estratégias internacionais. (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Este termo, assim como a divulgação ideológica de que se estava nascendo um mundo *sem fronteiras*, com grandes empresas *sem nacionalidades* concedeu uma estrutura ao corpo teórico do discurso neoliberal e sua difusão espacial.

Chesnais, ao pesquisar as publicações dos estudos feitos por instituições internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indica que o mais interessante nestes estudos é precisar com clareza que, diferente de outras instituições internacionais, a mundialização do capital é caracteristicamente “dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior, e, portanto, molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviço”. (CHESNAIS, 1996, p.26).

²Esta transformação, também configurada como *modernização dolorosa*, provocou e intensificou várias problemáticas sociais ainda presentes no campo brasileiro, como o não acesso a terra, o êxodo rural, a precarização do trabalhador rural, problemas ambientais, dentre outras. Cf.: GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*; Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Desta maneira, para Chesnais (1996, p.26-27) a direção tomada pelo capital quando privilegia o investimento em detrimento do comércio exterior é a de nutrir a esfera financeira do capital comandando, neste sentido, o próprio investimento em áreas de maior garantia de extração da mais-valia.

Este processo pode ser observado, na atualidade, pelo aumento crescente do número de investimentos internacionais no setor de agrocombustíveis. Segundo Mendonça (2010, p.20) a participação de empresas estrangeiras na indústria de cana-de-açúcar no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 12% na safra 2007/2008. A jornalista continua:

[...] Outro levantamento da PricewaterhouseCoopers revela que existem cerca de 450 usinas no Brasil, controladas por 160 empresas nacionais e estrangeiras, e que o controle estrangeiro chagaria a 15%, incluindo participação acionária em grupos nacionais. De acordo com o estudo do grupo KPMG Corporate Finance, de 2000 a setembro de 2009, ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Entre estas, 45 negociações aconteceram no período de 2007 a 2009 e em 22 casos ocorreu a compra de uma usina nacional por um grupo estrangeiro. (MENDONÇA, 2010, p.20).

Os impactos sociais e territoriais causados pela expansão da cana-de-açúcar não são novidades no Brasil. Dentre vários, podemos citar: a precarização do trabalho, a concentração de terras, o avanço da cana sobre as culturas alimentares, além de diversos problemas ambientais.

Esta internacionalização do capital ou mundialização a partir dos investimentos financeiros, nas últimas décadas do século XX, ocasionou a intensificação do avanço do capital, deixando ainda mais latentes várias problemáticas presentes no campo. São dois os pólos nos quais estes problemas podem ser enquadrados. De um lado, destaca-se a difusão crescente do trabalho assalariado; a precarização do emprego rural; a multiocupação; a expulsão de pequenos e médios produtores do setor; as contínuas migrações campo-cidade; a articulação de pequenos produtores em complexos agroindustriais, dentre outros. (TEUBAL, sdp, *apud* MARCOS, 2008, p.192).

Do outro lado, no pólo dos agentes do capital, este processo se manifesta com a importância crescente que assume os complexos agroindustriais comandados por grandes corporações transnacionais ou transnacionalizadas, que se vinculam com: o comércio mundial de produtos agropecuários; a provisão de insumos; a tecnologia

agropecuária; o processamento industrial; a distribuição final dos alimentos e outros mecanismos financeiros que incidem sobre o fazer agropecuário. (Ibid, 2008).

Esta integração econômica, em forma de sistema, na qual se articulam grandes corporações transnacionais, dominando os diversos setores da cadeia produtiva, representa um processo de modernização excludente da agricultura, orientado por uma lógica internacional de incorporação de novas terras ao movimento dinâmico do capital, que recebeu o nome de Agronegócio.

Citado por Mendes (2008), Goldberg (2000), um dos primeiros formuladores do que veio a se chamar agronegócio, definiu este como sendo

[...] um sistema de commodities que engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado, varejo. O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio. (p.44).

Corroborando com Mendes (2008), mais citando outra obra, Welch e Fernandes (2008), salientam que agronegócio é formulado primeiramente por Davis e Goldberg (1957). Desta forma, trazem a segunda reflexão:

Para estes autores, o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalhavam com mais de um *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. O capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola. [...] (WELCH; FERNANDES, 2008, p.165).

Mesmo este modelo se apresentado de forma sofisticada, do ponto de vista administrativo, para ser viabilizado, acaba por exigir garantias econômicas do Estado, assegurando seus recursos financeiros e juros subsidiados para investimentos e custeios.

Os Planos-Safra que destinam recursos financeiros para a agricultura comercial (o Plano 2009/10 destinou R\$ 93 bilhões para a agricultura empresarial) e o BNDES, são importantes mecanismos a serviço da expansão do agronegócio. Além de financiamentos a juros baixos, outras garantias econômicas demandas pelo agronegócio

são as renegociações/rolagens de dívidas; redução de juros; alongamento de prazos. Ampliação de carências e prorrogação de débitos de custeio. (FABRINI, 2010, p.61).

O governo federal, em 2008, oficializou uma proposta de renegociação de dívidas dos grandes produtores rurais no valor de R\$ 56, 2 bilhões com previsão de redução de encargos de operações de inadimplentes e rolagem de dívidas até 2025 (LIMA, 2008 apud FABRINI, 2010, p.61).

Ainda sobre os prejuízos assumidos pelo governo federal, Fabrini (2010) ao citar Lima (2008), salienta que

[...] a partir de dados divulgados pelo Tesouro Nacional, no período de 1995-2005, os grandes proprietários de terra deram um prejuízo de R\$ 10, 4 bilhões para o governo federal. Mas, as garantias econômicas exigidas pelo agronegócio vão além de subsídios, financiamentos e renegociação/perdão de dívidas. O agronegócio demanda de melhoria na infraestrutura e logística, sistema de informação para ampliar comércio exterior, desburocratização aduaneira, pesquisas, educação rural etc. (LIMA, 2008 apud FABRINI, 2010, p.61).

É sob este modelo de integração de capitais, que o agronegócio se materializa no campo, configurando o que Oliveira (2001) denomina de *territorialização do capital no campo ou territorialização do capital monopolista na agricultura*. Nas palavras deste autor, o capital está unificando o que no início de seu desenvolvimento ele manteve separado: indústria e agricultura. Um exemplo que ilustra essa situação é das agroindústrias de produção de álcool e açúcar, sendo possível porque o capitalista não é mais só o dono da indústria, ele possui também o domínio sobre a terra, ele é patrão fabril e latifundiário, é chefe de fábrica e proprietário de terras. Em dois tempos, ele se torna um.

Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura, tem um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado e dos bóias-frias. (OLIVEIRA, 2001, p.24).

A segunda dinâmica apontada por Oliveira (2001, p.24-25) como consequência da expansão do capital sobre o campo, é a *monopolização do território*. O que caracteriza este processo é a entrega da produção dos pequenos agricultores para as indústrias e empresas nacionais e multinacionais. Estas empresas mantêm o monopólio do território, sem, no entanto, provocar a expropriação dos camponeses de suas terras. E

consequentemente sua territorialização. Neste caso, o empresário capitalista não é proprietário de terra³.

Uma questão importante para se destacar nestes dois processos são suas diferenciações quanto ao tempo de trabalho despendido para produção. Como regra de expansão do capital no campo, quando o tempo de trabalho é menor que o tempo de produção, a territorialização do capital é mais vantajosa, pois esta extrai, de uma só vez, a mais-valia dos trabalhadores rurais – assalariados – e a renda da terra, desta forma, obtendo lucro com a comercialização da produção. (MARCOS, 2008, p.196).

No segundo caso, o tempo de trabalho é maior que o tempo dedicado à produção, tornando-se mais vantajoso para o capital monopolizar o território, sujeitando a renda terra. Assim nos diz Marcos,

Neste caso, o campo continua povoado por camponeses ou pequenos e médios capitalistas, que passam a produzir de acordo com o que lhes diz a indústria. É o caso, por exemplo, da laranja, do fumo, da avicultura e da suinocultura, entre outros. (MARCOS, 2008, p. 196).

O camponês, sob esta lógica, encontra-se refém da esfera econômica já que participando somente como mero fornecedor de matéria-prima, ele se mostra como um elo frágil nestas cadeias produtivas controladas por grandes empresas e complexos agroindustriais, que dominam as distintas esferas da economia, inclusive determinando seus preços no mercado.

É edificado sobre este modelo de integração de capitais – agronegócio - que a principal política pública brasileira de incentivo à produção de agrocombustíveis, tem sido aplicada no campo, com o Programa Brasileiro de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

Alguns autores apontam a existência de um processo anterior, que culminou no estabelecimento e na intensificação deste modelo de agricultura de negócio ou agronegócio, no campo brasileiro.

Para Fabrini (2010), por volta da década de 1990, já após a *Revolução Verde*, o Estado brasileiro promoveu um conjunto de ajustes estruturais de cunho neoliberal na economia brasileira, que findou por fortalecer a presença de corporações nacionais e transnacionais na agricultura. Os ajustes removeram entraves à circulação global de

³ Oliveira esclarece que em alguns casos, podem ser três os sujeitos sócias presentes nesta relação: “o capitalista industrial, o proprietário de terra-rentista (que vive da renda em dinheiro pago pelo aluguel da terra) e o trabalhador camponês rendeiro que trabalha terra com a família.” (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

capitais, facilitando investimentos estrangeiros no País, tais como a abertura de mercados, incentivo a agricultura de exportação, redução de regulamentos ambientais e trabalhistas, etc. À agricultura foi imputado o compromisso de garantir um *superávit* da balança comercial e, para tanto, intensificou-se suas características de negócio regulado pelo mercado mundial.

A implantação de medidas neoliberais no campo está relacionada ao processo de modernização da agricultura, que se iniciou em meados da década de 1960 e se concretizou posteriormente em alguns setores, com a integração entre agricultura e indústria – complexo agroindustrial (CAI) – numa intensificação da expansão das relações capitalista de produção no campo. (FABRINI, 2010, p. 57).

As transformações na base técnica da produção agropecuária a partir de meados da década de 1960 marcaram a passagem de uma agricultura dependente de condições naturais para agricultura industrializada, cada vez mais dependente de tecnologias e trabalhos com a formação de um novo padrão agrícola. Silva (1996) ainda entende que a partir deste processo de industrialização e modernização, passou do “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelo “complexo agroindustrial”, não sendo possível tratar da agropecuária como um setor autônomo da economia, pois a integração agricultura-indústria, com soldagens “para frente” e “para trás”, dificultou o estabelecimento de limites entre os setores da economia. (SILVA, 1996 apud FABRINI, 2010, p. 57).

Para reforçar tais afirmações sobre processo econômico-social, Fabrini (2010) salienta que neste processo de *caifização*, a indústria passou a comandar a agricultura. Desta forma, a agricultura se tornou dependente de pacotes tecnológicos, insumos químicos, biológicos, dentre outros, necessários para o desenvolvimento da produção agrícola. O autor continua indicando que “assim, uma força produtiva externa à propriedade rural ergueu-se como fator importante para a produção agrícola”. (FABRINI, 2010, p. 58).

Segundo Silva (1996), com a passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial, a expansão do modo capitalista de produção no campo rebateu diretamente nas relações de trabalho na agricultura com a ampliação do assalariamento, mesmo que disfarçado, resultante da purificação de relações e aumento da divisão do trabalho. Neste novo padrão agrícola há a dificuldade, inclusive, de se estabelecer o que são relações de trabalho ligadas à agricultura ou indústria. As ocupações rurais não agrícolas também assumiram maior importância neste novo rural.

Nestes termos, Fabrini (2010), ao citar Kageyama (1987) e Thomaz Jr. (1997), coloca que,

[...] Além da sujeição formal, o complexo agroindustrial engendrou também a sujeição real, quando ocorreu a apropriação do modo de trabalhar pelo capital. A fragmentação do processo produtivo fez o trabalhador perder conhecimento da totalidade da produção. Ao tratar do complexo agroindustrial canavieiro, Thomaz Jr. (1997) destaca que o ritmo de trabalho no campo, como o corte da cana, é resultante do controle exercido na planta fabril. É como se a esteira de uma fábrica saísse da planta da fábrica e se estendesse para a agricultura, fazendo dela um ramo da indústria [...] (KAGEYAMA, 1987; THOMAS JR., 1997 apud FABRINI, 2010, p. 57).

A agroindústria canvieira constitui-se assim, em um dos mais significativos exemplos de unidade entre agricultura e indústria no processo de expansão do capital no campo brasileiro. No entanto, deve-se observar também que esta unidade não ocorreu em todos os ramos e atividades agrícolas, revelando que a unificação não é uma via de mão única, pois a acumulação capitalista não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho (real e formal), mas também na sujeição da renda terra ao capital. Pode se observar, neste caso, que a concentração de terras assume papel fundamental no processo de acumulação de capital, quando no processo contraditório e desigual de expansão das relações capitalistas são recriadas e reproduzidas relações sociais de produção típicas do rural e agrária. (FABRINI, 2010, p.58).

A expansão das relações capitalistas expressa na modernização e unificação da agricultura e indústria fez aumentar a concentração da terra. Acrescenta-se nesta concentração da terra a apropriação de novas terras da fronteira da Amazônia, que, neste caso, não está ligada diretamente à modernização da agricultura. (FABRINI, 2010, p.58).

É possível observar na tabela a seguir, a concentração fundiária existente no Brasil, em que de um lado apenas 1,6 de grandes imóveis ocupam 43,6% das terras cadastradas e, do outro, 85, 2% de pequenos imóveis abrangem 20,1% das terras da área total de terras.

TABELA 1 – Estrutura Fundiária do Brasil - 2003

Estratos de área	Nº de imóveis	%	Área em ha	%
Menos de 10 ha	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
10 a < de 100 ha	2.272.752	53,6	76.757.747	18,3
100 a < de 1.000 ha	557.835	13,2	152.407.223	36,3
1.000 ha e mais	69.123	1,6	183.564.299	43,6
Total	4.238.421	100	420.345.382	100

Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária apud Fabrini (2010).

O processo de modernização da agricultura e a incorporação de novas terras à dinâmica capitalista provocaram

[..] a expulsão de milhares de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, caçaras, posseiros, quilombolas, dentre outros camponeses, e indígenas, de suas terras. Muitos camponeses que perderam suas terras com a modernização da agricultura migraram para as cidades, fronteira amazônica ou Leste paraguaio, na década de 1970. Outro caminho criado por esse grande número de camponeses expulsos/expropriados da terra foi a organização nos movimentos sociais e recusa à proletarização e “exclusão” com a luta pelo retorno à terra através de ocupações de grandes propriedades improdutivas, surgindo assim, inúmeros conflitos de terra em todo o Brasil [...]. (FABRINI, 2010, p.59)

Fruto deste contexto, da disputa e das relações de poder estabelecidas no espaço agrário, brasileiro, aliada um acúmulo histórico de práticas neoliberais e de que o projeto agroenergética, vestido com o nome de Biodiesel, vai ser posto na esteira das políticas públicas. Sua relação e seus desdobramentos quanto a participação do camponês, será abordada com mais profundidade, mais a frente.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROCOMBUSTÍVEIS

3.1 *Policy, politic* e políticas públicas

Países de língua latina - como Brasil, Espanha, Itália e França - encontram dificuldades na distinção de alguns termos essenciais na compreensão das ciências políticas, que se caracteriza como uma área que norteará a geografia política. (RAFFESTIN, 1993). Nesse caminho, exemplificamos o caso da língua portuguesa, no qual o termo política pode assumir duas conotações, diferentemente do que ocorre em países de língua inglesa, quando estes fazem a diferenciação utilizando apenas os termos *politics* e *policy*.

Para Bobbio (2002), *politics* consiste na atividade humana ligada a obtenção e manutenção de recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Sacchi (2010) indica que no imaginário das pessoas de língua portuguesa essa ideia consiste em atividades e competição política. Podemos citar como exemplos: “Ele é muito político”, “política é para quem tem estômago”, entre outros.

O termo *policy* apresenta um sentido mais concreto, tendo orientações para a decisão e ação. Nestas situações, o termo coaduna com a forma como estes são utilizados em organizações públicas, privadas e do terceiro setor. (SECCHI, 2010, p.1). Frases que especificam essa afirmação seriam: “a política de empréstimos daquele banco é rigorosa”.

O termo política pública (*public policy*) está diretamente ligado a essa segunda dimensão (*policy*). Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, sendo que para um problema ser considerado como público, “este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas”. (SECCHI, 2010, p.7).

Desta forma, de acordo esta definição, podemos compreender que Políticas Agrárias, por exemplo, são políticas voltadas para o aumento do acesso a terra por aqueles que a reivindicam, ou para o desenvolvimento produtivo e a consequente melhoria de vida dos moradores do espaço agrário.

A problemática, sobre esta definição vem à tona, quando estas políticas públicas, não necessariamente, atendem aos setores mais humildes e carentes. Segundo Frei Sérgio Görden (2010), para o Plano Safra 2009/2010,

[...] foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio. E apenas 15 bilhões de reais para a agricultura camponesa. Mesmo assim, sabe-se que apesar da crescente oferta de recursos para a agricultura camponesa, apenas 1,2 milhões de estabelecimentos familiares tem acesso ao crédito e na última safra utilizaram apenas 80% do que está disponível. (p.1).

Os valores informados pelo Frei Sergio exemplificam mais que uma contradição existente no conceito apresentado de “política pública”. Em estreita reflexão, acreditamos que a subjetividade existente na definição do conceito que diz que: “*estas devem atender a problemas considerados públicos*”, promovendo uma disputa dos recursos do Estado entre os setores, empresariais e populares, que reivindicam atenção sobre o orçamento público. No caso das Políticas Agrárias, citado pelo Frei Sérgio (2010), os empresários do agronegócio obtêm uma quantia seis vezes superior aos agricultores camponeses.

Sobre a orientação das palavras de Alencar (2005), ao debater sobre as políticas de Reforma Agrárias no Brasil, estudo presente em sua tese “A Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará (2005)”, podemos observar o quanto as políticas públicas, neste tema, corroboravam com a definição de Bobbio.

Alencar (2005) ao contextualizar estas políticas, dividiu-as em três momentos. O primeiro momento compreende o final dos anos 1950 até 1964. O segundo se inicia em 1964 e se estende até 1985. O terceiro vai de 1985 até 2003.

No primeiro período, a reforma agrária é considerada fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Os trabalhadores rurais, nesta época começam a se organizar em associações e sindicatos, e é também deste período a fundação do movimento social das “ligas camponesas”. O acesso a terra era uma reivindicação geral dos camponeses. Porém, as associações e os sindicatos tinham como principal solicitação a questão salarial, enquanto as ligas camponesas tinham como prioridade a reforma agrária. (ANDRADE, 1995 *apud* ALENCAR, 2005, p.40).

Conforme Alencar (2005) o segundo período é caracterizado por compreender os governos da ditadura militar, onde estes entendiam a solução da questão agrária, da concentração de terra e da miséria rural

[...] não pela reforma agrária, mas sim pelo viés da modernização do campo, beneficiando os grandes proprietários rurais com os recursos públicos. Neste cenário várias organizações camponesas, como as associações, os sindicatos e as ligas camponesas, foram extintas [...] o

estado brasileiro procura restabelecer *pax agrarie* por intermédio de uma série de medidas de cunho eminentemente assistencialista: tais como: incorporação do trabalhador rural pelo Instituto Nacional de Previdência Social; a criação do Estatuto da Terra, Lei no. 4.504 de 30 de novembro de 1964, viabilizando a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e posteriormente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 1970; do Plano Nacional de Reforma Agrária [...] é também deste período a criação de denominação como Militarização da Questão Agrária, Modernização Conservadora [...]. (p.40-41).

O terceiro período, de 1985 até 2003, a reforma agrária volta a fazer parte da agenda política nacional. Segundo Alencar (2005),

[...] A CONTAG realiza o 5º congresso Nacional dos trabalhadores Rurais, em 1985; surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1984; implementação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República 1985; O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, 1986; o Programa emergencial de Reforma Agrária, 1993; O Novo Mundo Rural, 1999; o II PNRA, 2003; e os programas de compra e venda de terra: Reforma Agrária Solidária- do Projeto São José, 1997, o Projeto Cédula da Terra, 1997, o Programa Banco da Terra, em 1999, o Projeto Crédito Fundiário e combate à Pobreza rural, 2002. (p. 41)

Este cenário apresentado por Alencar (2005) compreende um período de aproximadamente cinquenta anos, composto por governos que reconheciam as políticas públicas agrárias como necessárias para mitigação de problemáticas latentes existentes no campo brasileiro. No entanto, assim como podemos observar, os objetivos de cada política agrária, tinha um objetivo, direcionado pelos interesses dos governos de plantão.

Revisando as leituras e refletindo sobre as problemáticas nas definições conceituais e seus rebatimentos práticos, Lowi (1972), promove um redirecionamento na concepção causal entre política pública (*public policy*) e política (*policy*), onde inicialmente era preconizado que as políticas públicas eram um produto de processo político. Lowi (1972) apresenta a tese de que ocorria o contrário, ou seja, “as políticas públicas determinam a dinâmica política”. (SECCHI, 2010, p.16).

Deste ponto de vista, de acordo com a nova formatação que se tem na ordem mundial, constituída pelo avanço de poder das mega corporações sobre os Estados Nacionais, a partir da onda neoliberal que invade as instituições que compõem o

aparelho estatal dos estados nações (CHOMSKY, 2008), as políticas públicas incorporaram todo o discurso político presente no interior do Estado.

A centralidade do Estado cede lugar a novos gestores ligados a grandes complexos industriais articulados em alianças supranacionais que, por dentro do Estado, promovem políticas menos públicas e mais privadas. (GONÇALVES, 2008).

Em nossa pesquisa, o PNPB, enquanto política pública, inserido na discussão acerca da chamada “transição energética”, não pode deixar de suscitar o debate que envolve os rearranjos nas relações sociais e de poder - num contexto de transformações no padrão de concorrência capitalista e de novas regras -, que têm norteado as relações econômicas internacionais e os novos valores, fundamentando nas sociedades contemporâneas, inseridas em um mundo crescentemente e “globalizado”.

Do ponto de vista teórico, é inegável que a dimensão financeira da globalização tornou-se o problema mais discutido e preocupante do processo. Pode-se dizer que tudo começou com a desarticulação do sistema monetário internacional, em 1971, mas o fato decisivo foi a liberalização dos mercados de capitais promovida pelo governo Reagan, no início dos anos oitenta. Desde então, a busca de campos mais vastos de valorização, pelos grandes conglomerados, e a sua maior liberdade de ação, deslocaram a concorrência intercapitalista para um patamar que escapa à regulação dos Estados nacionais.

É neste sentido que a globalização econômica pode ser considerada como uma manifestação contemporânea de duas “leis imanentes do capitalismo”: i) a tendência a romper os limites à livre circulação do capital e ii) a propensão do capital a transpor suas fronteiras políticas e conquistar novos circuitos de valorização. (MARTINS, 1996, p.1).

O que particulariza a atual manifestação dessas leis ou tendências gerais é que foram reduzidos (em boa medida) os controles que os Estados nacionais tiveram sobre o funcionamento dos mercados e o processo de concorrência intercapitalista. Não é por acaso que a globalização forneceu a base material para o retorno da ideologia liberal. E não podemos esquecer que a transnacionalização do capital – movimento que se deu tanto numa dimensão produtiva como financeira – só pode alcançar o atual estágio de desenvolvimento graças às inovações tecnológicas que foram incorporadas nas últimas décadas. (SANTOS, 2008).

A constituição de um poder econômico transnacional e transestatal é um componente importante desse novo cenário e tem seus rebatimentos na questão

energética. Hoje, a centralidade assumida pelo Estado brasileiro nos anos 1970, quando da implantação do Proálcool, foi substituída por uma nova reconfiguração do bloco de poder, envolvendo empresas do setor agrícola e industrial, empresas de consultoria, instituições de investigação científica e tecnológica, empresas do setor financeiro e empresas do setor de comunicações, que Gonçalves (2008) chama de um novo Complexo de Poder Técnico-científico-industrial-financeiro-militar-midiático:

[...] Novamente estamos diante de uma importante revolução tecnológica que surge na periferia do sistema mundo e, tal como a que se forjou a época colonial e que foi capaz de afirmar todo um bloco de poder que hegemonizou o mundo até o século XVIII, essa nova tecnologia se ensaia como um rearranjo nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia com o controle de novas fontes de energia. Não é outro o sentido da Associação Interamericana de Etanol. No Brasil, o Proálcool selou uma aliança estratégica entre usineiros de açúcar, os gestores estatais, centros de pesquisa e a indústria automobilística. Enfim, no tanque de gasolina estava selada uma aliança política entre dois grandes setores das classes dominantes que, por meio da tecnociência, e dos gestores estatais afirmavam sua ideologia moderno-colonizadora de cinco séculos. (p.333).

Percebemos desta forma, que o debate sobre a produção de agroenergia envolve uma ampla gama de temas centrados no modelo agrícola econômico adotado por países periféricos e em processo de “reciclagem” no discurso que define a geopolítica dos países centrais. (GONÇALVES, 2008).

Nesse contexto, o governo brasileiro assume um papel de protagonista na defesa da expansão de monocultivos para a produção de agroenergia. Foi desta forma no Proálcool e está sendo hoje no PNPB.

3.2 Do Proálcool ao PNPB

Em 14 de novembro de 1974 o governo do Presidente Geisel instituiu por meio do Decreto nº 76.593 o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), fazendo do Brasil um pioneiro na produção de energia a partir de biomassa. Sua institucionalização fazia parte de uma estratégia que visava adaptar a matriz energética brasileira à conjuntura internacional, diminuindo sua dependência em relação ao petróleo importado, por meio da substituição de seus derivados pelo álcool.

Tendo em vista a crise energética mundial em fins de 1973 e os fatores externos que tornaram a economia brasileira altamente vulnerável à política de

produção e consumo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o governo militar delineou três diretrizes que deveriam orientar as estratégias de ação com vistas à solução da questão energética no país:

- Conservação de energia;
- Aumento da produção e da reserva interna de petróleo nacional;
- Máxima utilização de fontes nacionais de energia e substituição de derivados do petróleo.

A conservação da energia tinha como objetivo conter o crescimento da demanda por meio de uma racionalização do consumo e de um aproveitamento maior do estoque disponível. Aliado a isso, cogitava-se a realização de grandes esforços na pesquisa, prospecção e exploração de petróleo pela Petrobrás e por meio de acordo com empresas estrangeiras como forma de ampliar a produção e as reservas internas de petróleo.

Dentro do programa de desenvolvimento de fontes alternativas de energia destacavam-se o álcool-motor, que deveria funcionar como substituto da gasolina, as fontes hidráulicas, nucleares, de carvão vegetal e óleos vegetais.

O intuito era atender ao mercado interno e externo e à política de combustível automotivo. O Art.º do Decreto nº 76.593 determinava que a produção de álcool deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, pelo aumento da produtividade agrícola e modernização, instalação e ampliação de usinas e unidades armazenadoras.

A eclosão da segunda crise do petróleo em 1979 conduziu a uma redefinição das metas do Proálcool, tornando seus objetivos mais ambiciosos com vistas inclusive à produção de carros a álcool. A meta de produção almejada para o ano de 1980 era de 3 bilhões de litros de álcool, sendo estabelecida a meta de 10,7 bilhões de litros para 1985, correspondendo à substituição de 170 mil barris equivalentes de petróleo. No final de 1979, era anunciada uma nova meta de 14 bilhões de litros para 1987, equivalente a 222 mil barris de petróleo. No entanto, o ajustamento das estruturas de produção e consumo de álcool no país levou o governo a mais uma revisão nas metas postergando a proposição de 10,7 bilhões de litros previstos para 1987 para a safra de 1987-88 ou 1988-89.

No final de 1982 foi aprovado um conjunto de medidas objetivando revitalizar o mercado de veículos movidos a álcool em todo o país. A meta era atingir 2.520.000 veículos a álcool em circulação. Entre estas medidas estava a redução do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI) e da Taxa Rodoviária Única (TRU), ampliação dos prazos de financiamento e extensão do prazo de garantia. No final de 1981 o montante de 137.307 unidades de veículos movidos a álcool somaram-se as 445 mil já em circulação no país. Em 1982 as vendas atingiram 234.016 unidades chegando a representar 62,0% dos veículos vendidos no mercado interno, elevando a frota de veículos movidos a álcool para 697.207 mil.

O programa funcionou bem, aquecendo a indústria automobilística, dinamizando os postos de gasolina e outros setores da cadeia produtiva, amortecendo também a dependência da importação de petróleo. Entretanto, no momento em que o preço do petróleo no mercado internacional caiu todo o programa entrou em colapso.

[...] Os preços do petróleo caíram drasticamente, o preço do açúcar no mercado mundial se tornou atraente e a crise econômica no Brasil tornou cada vez mais difícil sustentar os enormes subsídios que o programa exigia (mais de US\$ 10 bilhões ao longo da década). A produção de cana-de-açúcar foi desviada para exportações precisamente no momento em que as vendas de carros estavam em sua maior alta, gerando desabastecimento e pressionando para cima o preço do álcool, o que minou sua atratividade. A decepção dos consumidores gerou um colapso nas vendas de carros movidos a álcool e, no final da década, sua produção caiu fortemente, até ser interrompida na década de 1990. (WILKINSON; HERRERA, 2008, p.10).

Para impulsionar a produção de agrocombustíveis no Brasil, o Governo Federal instituiu o PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

Esta política pública, concebida inicialmente pelo Ministério das Minas e Energia, na época chefiada pela presidente do Brasil, Dilma Rossef, tomou um corpo interministerial ao ser incluído no Plano Nacional de Agroenergia, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Desta forma, dois grupos, a Comissão Executiva Interministerial (CIEB) e o Grupo Gestor, foram criados para administrarem as diferentes funções no processo de efetivação do Programa. A Comissão Executiva Interministerial ficou responsável pela elaboração e monitoramento do Programa, proposição dos atos normativos necessários, além da análise e avaliação de outras ações, diretrizes e políticas públicas, sendo subordinada à Casa Civil da Presidência da República. Já o Grupo Gestor tem coordenação do Ministério de Minas e Energia, sendo o órgão executivo das ações estabelecidas pela CIEB, competindo ao mesmo à gestão operacional e administrativa

das ações voltadas ao cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas. (BRASIL, 2009).

QUADRO 1 – Plano de Trabalho Interministerial

Linhas de ação	Responsável
Biodiesel no Brasil e no mundo	Ministério de Minas e Energia
Delimitação das regiões produtoras	Ministério de Minas e Energia
Quantificação dos mercados	Ministério do Desenv. Indústria e
Estruturação da cadeia produtiva	Comércio Exterior
Tributação: políticas de preços	Ministério da Agricultura, Pecuária e
Adequação do arcabouço regulatório	Abastecimento
Determinação do crescimento	Ministério da Fazenda
Linhas de financiamento	ANP
Plantas industriais – escala comercial	Ministério de Minas e Energia
Meio Ambiente	BNDES
Plano de divulgação do programa	Ministério de Minas e Energia
Desenvolvimento tecnológico	Ministério do Meio Ambiente
Inclusão e impactos sociais	Sec. de Comunicação de Governo e
Estruturação e execução do programa	Gestão Estratégica
Análise de risco	Ministério de Ciência e Tecnologia
Recursos financeiros para o programa	Ministério do Desenvolvimento Agrário
	Ministério do Planejamento, Orçamento e
	Gestão
	Ministério de Minas e Energia
	Casa Civil da Presidência da República

Fonte: BRASIL, 2009.

As diretrizes que norteiam este projeto são: 1) Implantar um programa sustentável, promovendo a inclusão social; 2) Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; 3) Produzir o biocombustível a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas. (BRASIL, 2009).

Estabelecidos pelo governo, os marcos regulatórios do PNPB, de forma resumida, tem como referência o dia 02 julho de 2003 quando o governo estabeleceu um Decreto que criava um Grupo de Trabalho Interministerial para estudar a viabilidade do projeto. No mesmo ano, no dia 23 de dezembro outro Decreto implementava o

PNPB, no qual a estrutura gestora do Programa se estruturava em uma Comissão Executiva Interministerial.

Em 31 de março de 2004, foi aprovado o plano de trabalho que nortearia as ações do PNPB e, durante todo o ano, o Grupo trabalhou para desenvolver todas as etapas. Logo após um ano e meio do primeiro Decreto que criava o Grupo de Trabalho para pensar o projeto, no dia 06 de dezembro de 2004, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, lançava o marco regulatório que introduzia o biodiesel na Matriz Energética Brasileira.

O PNPB, nestes termos, se propõe a ampliar o parque industrial brasileiro a partir de suas diretrizes “sustentáveis” promovendo - além da inclusão do agricultor em sua cadeia - claramente o impulso da produção em regiões economicamente menos desenvolvidas, porém, com enorme potencial para produção dos agrocombustíveis.

A cadeia produtiva da mamona, que será mostrada na figura 2, logo a seguir, apresenta as fases de processamento da mamona.

Após a colheita, é retirada sua casca. A casca tem como destino o adubo. A semente, a depender da tecnologia utilizada para extração do seu óleo, pode ser encaminhada diretamente para uma usina de agrocombustível, nos casos onde a tecnologia é mais moderna. Nas fábricas detentoras de tecnologia menos compatíveis com a utilização das sementes e seu beneficiamento para extração do óleo passa primeiro por um esmagamento, onde o bagaço da semente vira uma torta, que pode ser destinada ao adubo de plantas ou mesmo para ração animal. Após esta fase na produção, o óleo, é mais uma vez beneficiado na usina, resultando em uma solução que tem como destino a indústria de perfumaria e cosméticos.

Após dois anos de estudo, o governo brasileiro publica no dia 13 de janeiro 2005 a Lei 11.097, marcando a porcentagem e a proporção gradativa de introdução da quantidade de biodiesel ao diesel produzido no país. Esta lei buscava, desta maneira, impulsionar toda uma cadeia produtiva, baseada na produção e comercialização dos Agrocombustíveis. Assim o programa da qual resultou esta Lei foi intitulado de Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB.

Este programa se insere no contexto no qual a demanda por alternativas energéticas que substituíssem o petróleo se torna(va) pertinente, dentre outros motivos, devido a escassez do petróleo e os problemas ambientais causados por ele, como a emissão de gases poluentes na atmosfera.

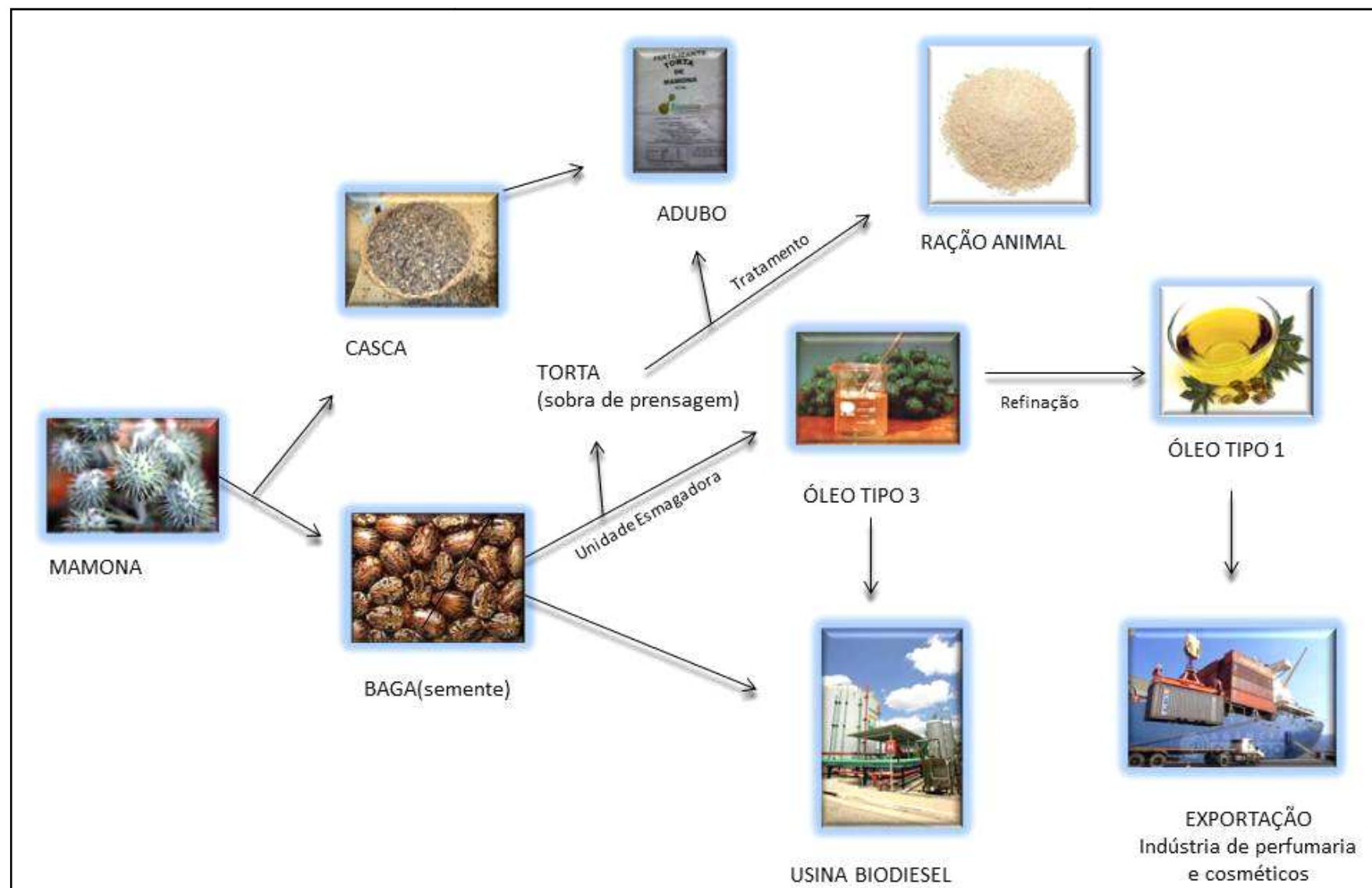


FIGURA 2 - Cadeia Produtiva da Mamona

Fonte: Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Adaptação: Thiago Tavares, 2011.

Os agrocombustíveis foram, nesta conjuntura, a fonte eleita para substituir o petróleo neste processo de migração para uma nova matriz energética. Diferentemente do petróleo, de origem fóssil, os agrocombustíveis são combustíveis derivados de oleaginosas, ou seja, de plantas e sementes oleaginosas.

Estrategicamente, para consolidar esta cadeia produtiva e dar consistência a suas diretrizes, o governo criou também o Selo Combustível Social.

Concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, este órgão determinou que os empresários industriais de agrocombustíveis precisam receber o Selo Social para obter benefícios fiscais e créditos governamentais. Para receber o selo alguns critérios devem ser obedecidos pelas indústrias processadoras de agrocombustíveis. São estes: i) comprar matérias-primas de agricultores familiares, firmando contratos legais com estes; ii) firmar contratos legais com os mesmos, prestando assistência técnica e capacitação; iii) estabelecer garantias específicas em relação ao preço do produto, em função do desenvolvimento da cadeia produtiva do agrocombustível.

Os benefícios fiscais serão determinados pela diferenciação dos preços por região, em que as indústrias estejam instaladas, possibilitando a integração de grandes empresas com produtores familiares. Um exemplo é o agrocombustível produzido nas regiões norte e nordeste, onde os fabricantes ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O Selo Social também fica responsável em estipular a produtividade mínima de matérias-primas que devem ser produzidas pela agricultura familiar e pela agricultura de média e larga escala. Além de estipular porcentagens por regiões.

Como pode ser observado na Figura 3, *Participação da Agricultura Familiar no fornecimento de matérias primas*, as oleaginosas e o potencial produtivo de cada região, foi mapeada pelo governo com objetivo de impulsionar as culturas em cada local.

Na região Norte do Brasil, a participação da agricultura familiar neste programa corresponde a 10% do que for produzido de Dendê, Soja, Babaçu e Cupuaçu. Na região Centro-Oeste também é estabelecido a quantidade de 10% na participação, sendo que as principais culturas utilizadas são: Soja, Mamona, Cocô, Dendê, Algodão e Amendoim. Na região Sul as principais culturas são: Soja, Canola, Algodão, Girassol, Algodão e Amendoim, com participação de 30% na produção. E por fim, temos a região Nordeste que participa deste programa beneficiando 50% de toda produção de

Agrocombustível advindo da agricultura familiar. As culturas que se destacam são: Mamona, Soja, Amendoim, Babaçu, Cocô, Dendê e o algodão.

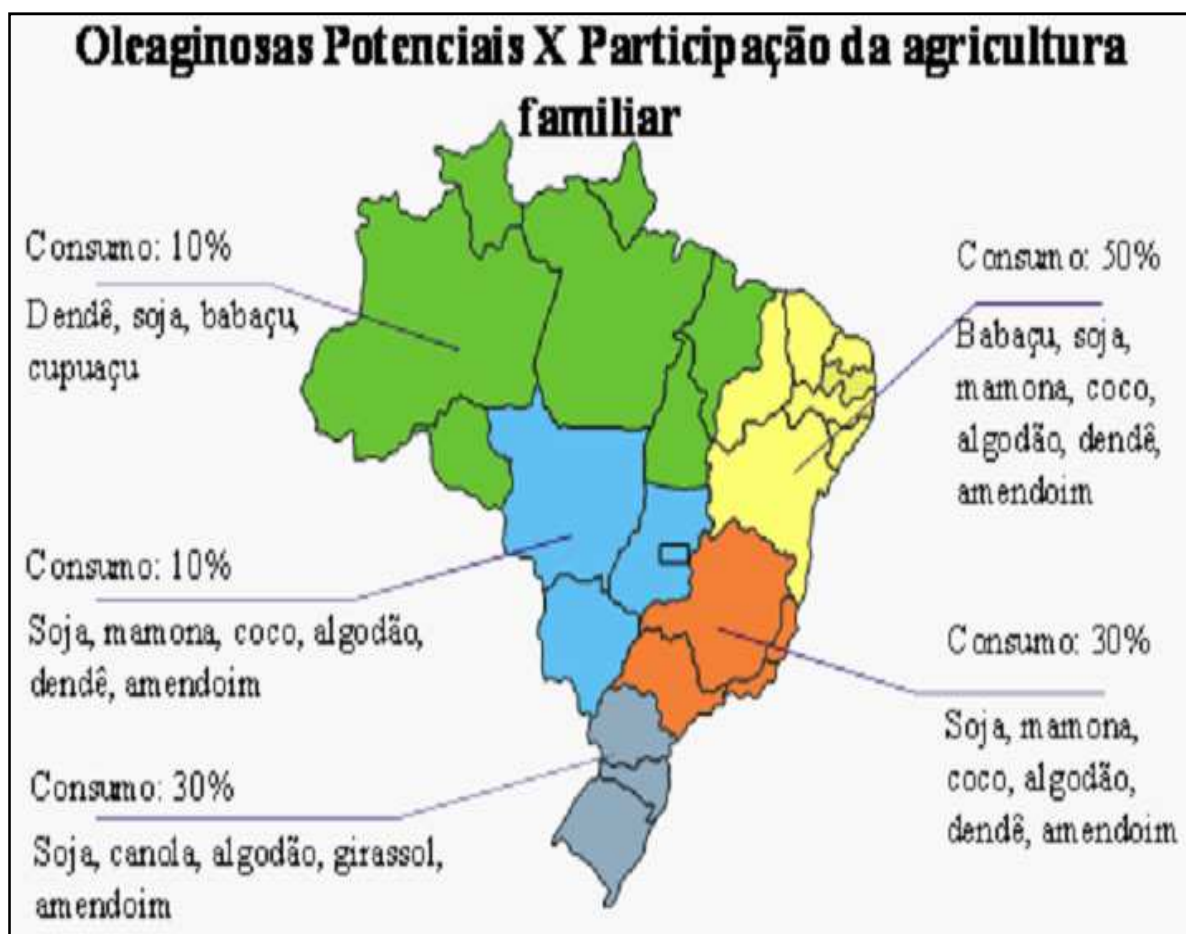


FIGURA 3 - Participação da Agricultura Familiar no Fornecimento de matérias-primas
 Fonte: Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Adaptação: Thiago Tavares, 2011.

Outra estratégia do Selo Social é que a agricultura familiar avance no processo de produção do óleo cru como atividade agregadora de valor essencial.

Assim, o Selo Social torna-se um pré-requisito para a participação das empresas produtoras de agrocombustível nos leilões nacionais regulados pela Agência Nacional de Petróleo, onde o objetivo é obrigar as indústrias de agrocombustível a comprar suas matérias-primas de agricultores familiares.

3.3 Usina de Agrocombustível Quixadá

Como estratégia para impulsionar a produção de agrocombustível e dominar a tecnologia de processamento de oleaginosas, a Petrobras, tradicional empresa do ramo de Petróleo, investe na instalação de Usinas no semiárido brasileiro, atendendo aos requisitos estabelecidos pelo PNPB, para contemplação da Usina com o Selo Social. As usinas de Agrocombustível que integram a empresa Petrobras estão presentes em quatro estados brasileiros: Ceará, no município de Quixadá; Bahia, no município de Candeias; Minas Gerais, no município de Montes Claros e no Rio Grande do Norte no município de Guamaré. (ver Figura 4, próxima página).

No Ceará, a Usina de Quixadá, foi inaugurada em 20 de agosto de 2008, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A escolha do município para instalação da indústria, segundo o gerente de suprimento da Usina de Quixadá, Entrevistado A se deu por estar quase em sua totalidade, compreendido sob clima semiárido, atendendo as definições estratégicas do PNPB. Além do mais, o município de Quixadá é favorecido por sua localização central, possibilitando um maior acesso os outros municípios e regiões do Estado e do Nordeste.



Uma das maiores preocupações, até então, era a produção de matéria-prima, imprescindível para as atividades, pois se calculava que para produzir 50 mil toneladas de óleo era preciso processar cerca de 100 mil toneladas de matéria-prima.

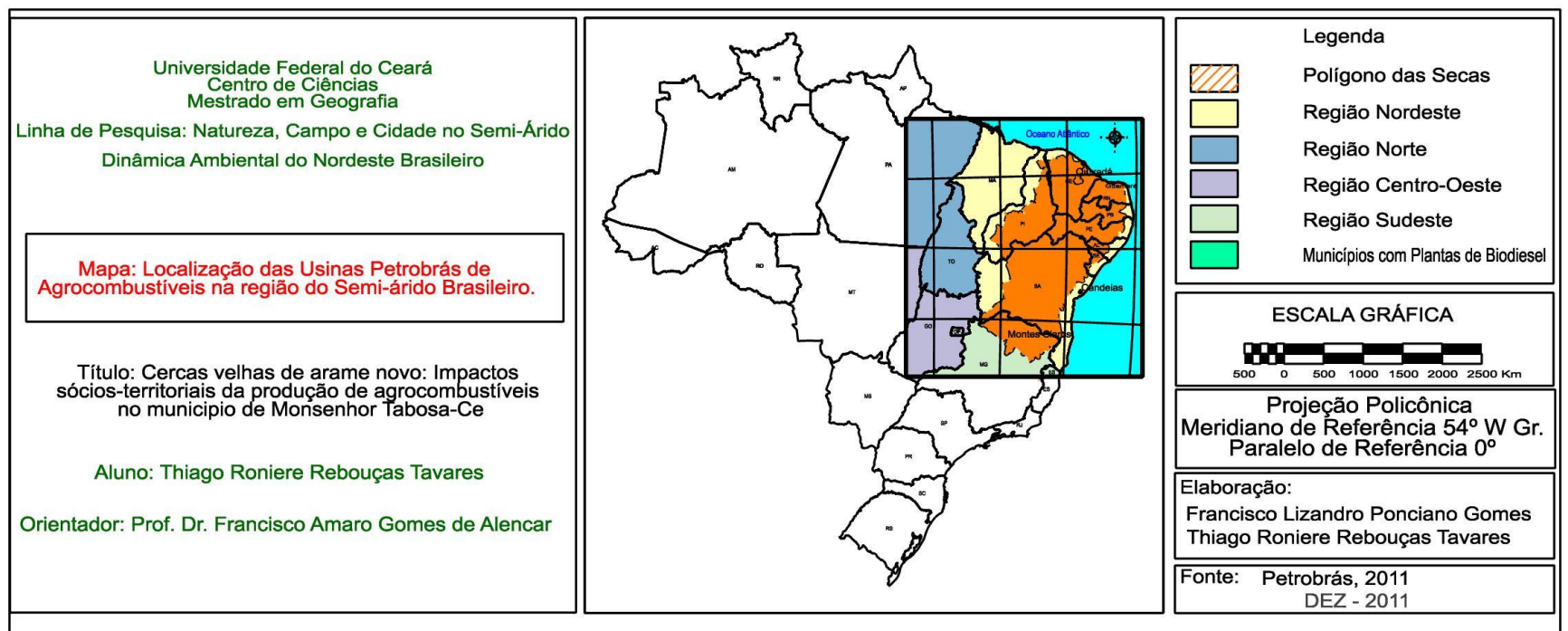


FIGURA 2 – Localização das usinas da Petrobras de agrocombustíveis na região do semiárido-Brasil.

Fonte: INCRA, 2011. Geoprocessamento: Thiago Tavares, Lizandro Gomes, 2011.

Na atualidade, segundo o Gerente de Desenvolvimento de Novos Projetos Gilberto Ribeiro de Carvalho (2007), para suprir a demanda da usina, seriam adquiridas matérias-primas de outras regiões, já que a produção de grãos de oleaginosas no estado só alcança 16% da capacidade da Usina.

De acordo com o Gerente, o posicionamento estratégico da Petrobras sobre os biocombustíveis é “atuar, globalmente na comercialização e logística de biocombustíveis, liderando a produção nacional de biodiesel e maximizando a participação nos negócios de etanol”. (CARVALHO, 2007, p.97).

3.4 Mamona

A mamona é conhecida cientificamente como *Ricinus communis L.* Vegetal de origem afroasiática, é encontrado em todo o território brasileiro e se adapta aos mais variados tipos de solos e climas, sendo muito comum em terrenos baldios. A mamoeira é popularmente conhecida como “pé de mamona” ou “mamona”. (BERMANN, 2008, p.99).

É do fruto do pé de mamona que se tira a semente, onde contém o óleo. A semente contém 75% de amêndoa (óleo) e 25% de casca, contando que o principal produto da mamona é o óleo, também chamado de óleo de ricínio, utilizado para diversos usos. Na medicina popular é usado como purgativos. Na área de lubrificantes é considerado um óleo nobre, pois possui uma viscosidade que mantém a faixa de temperatura sem variação. Este óleo é também, o produto utilizado como base para o agrocombustível.

Há uma proteína na semente da mamona chamada de ricína, onde esta, segundo Bermann (2008), é mortal, mesmo em pequenas doses.

Segundo a cartilha da Cooptrace (2011), com recomendações sobre o uso da mamona, caso a semente da mamona seja ingerida pelos animais nos momentos mais quentes do dia, entre 10 às 15 horas, acelera a toxidez e em alguns casos leva até mesmo a morte. Dessa forma, alguns agricultores e agricultoras conhecendo o problema, colocam o animal para pastar no início da noite; estes passam a noite toda comendo e no início da manhã, por volta das 9 horas, retiram os animais sem irritá-los e assim continuam até aproveitar todo o resto da cultura. Após o aproveitamento total das folhas, seguem então, com a poda drástica a uma altura de 0,8 a 1,0 metro do solo, deixando as plantas para o segundo ano da safra.

Devido sua tolerância à seca, houve no nordeste brasileiro uma miscigenação de variedades da planta, onde ocorreu um hibridismo espontâneo, os seus frutos são deiscentes, ou seja, abrem-se espontaneamente, derrubando as sementes e requerendo múltiplas colheitas por ano em operações manuais. Apesar de ser uma cultura tropical o cultivo do vegetal tem sido intensificado fora dos trópicos e nos subtropicais. Em regiões subtropicais e temperadas se cultivam as espécies anãs e precoces e em regiões tropicais e equatoriais se cultivam as variedades arbóreas. (BERMANN, 2008, p.99).

4 MATERIALIZAÇÃO DA MAMONA NO TERRITÓRIO DO CEARÁ E A PARTICULARIDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA EM MONSENHOR TABOSA

4.1 Desdobramentos do Pnpb no Espaço Agrário Cearense

No caso do Ceará, especificamente, a produção de mamona tem sido incentivada como a principal cultura a ser produzida pelos camponeses. No estado, a assessoria técnica – ASTEC - aos agricultores é feita por sete “instituições” diferentes que cadastram e articula diretamente a produção com a usina da Petrobras localizada no Município de Quixadá, Sertão Central Cearense. São elas: Cooptrace; Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA; Cooperbio; Instituto Agropolos do Ceará; Copasat; e a Secretaria de Agricultura de Quixadá.

As instituições citadas possuem um alcance estadual, pois assessoram, com seus técnicos, um total de cinquenta e dois municípios. Dentre estas instituições, a exceção é somente da Secretaria de Agricultura de Quixadá, em que seus técnicos se resumem a atender somente seu município. Desta forma, deduz-se também que, até 2010, o único município com técnicos próprios, trabalhando em projetos de inclusão do camponês na cadeia produtiva do agrocombustível, era somente o de Quixadá. Além da diferença de atuação, as assessorias técnicas também possuem vínculos institucionais distintos; a saber: a Secretaria de Agricultura de Quixadá, o Instituto Agropolos do Ceará e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário estão ligados ao governo municipal e estadual; a Cooperbio e a Copasat estão ligadas a um órgão de classe, a Contag; já a Cooptrace está ligada a um movimento social, o MST.

Segundo dados da Petrobras Biocombustível S.A., disponibilizados pelo Coordenador técnico da área de “Biodiesel” do Instituto Agropolos do Ceará, houve um aumento considerável da quantidade de hectares plantados para cultivo de mamona, que triplicou, inclusive com um aumento também significativo na quantidade de agricultores, que dobrou, como se pode observar na tabela a seguir:

TABELA 2: Quantidade de agricultores e hectares voltados para produção de Mamona.

SAFRA	AGRICULTORES (AS)	ÁREA (ha)
2008/2009	15.194	24.310,00
2009/2010	31.699	71.894,64

Fonte: Dados da Petrobras Biocombustível (PBIO) – com referência nos dias 28/07/09 e 10/03/10 - fornecidos pelo coordenador do Instituto Agropolos do Ceará em entrevista realizada em novembro de 2010.

Estes dados dizem respeito à quantidade de produtores, com áreas direcionadas à produção de mamona e que são assessorados pelas sete instituições técnicas anteriormente mencionadas.

Especificamente, os dados disponibilizados pela Cooptrace, cooperativa ligada ao MST, evidenciam também esta tendência. Nos anos de 2007-2008, a quantidade de hectares cultivados por camponeses, em 49 municípios do estado assessorados pelos técnicos da Cooptrace, foi de *1.928,00 ha*; no ano de 2008-2009, aumentou para *4.819,60 ha* e no ano de 2009-2010 subiu para *6.920,78 há*. Isto significa que, em três anos, houve um aumento de quase quatro vezes a quantidade de áreas destinadas ao cultivo de mamona. A próxima figura (5) mostra este aumento em cada município.

A região do estado com maior produção e maior número de hectares plantados, como pode ser observada na figura, é a região dos Sertões Cearenses, caracterizada pelo clima semiárido. Em referência à quantidade de produtores, os dados da Cooptrace apontam para um aumento de três vezes e meia o número de assentados produzindo mamona no período que vai de 2007 ao início de 2010.

TABELA 3 - Quantidade de agricultores e hectares assistidos pela Cooptrace.

SAFRA	AGRICULTORES (AS)	ÁREA (HA)
2007/2008	900	1.928,00
2008/2009	2.267	4.819,60
2009/2010	3.194	6.920,78

Fonte: Cooptrace. Dados tabulados por Thiago Tavares, 2010.

41° 17' W
4° 50' S


4° 50' S
37° 13' W




INDICADORES DA PRODUÇÃO DE MAMONA NO CEARÁ 2007 - 2010 (Hectares Plantados)





LEGENDA

 Municípios Produtores

Evolução - Hectares Plantados

 Hectares Plantados 2007-2008

 Hectares Plantados 2008-2009

 Hectares Plantados 2009-2010

ESCALA



41° 17' W
7° 47' S

37° 13' W
7° 47' S

FIGURA 5 - Indicadores da produção de mamona 2007 - 2010 (hectares plantados). Fonte: Dados da Cooptrace, 2010. Geoprocessamento: Tiago Rocha.

Além de esse fato ser encarado como mais uma forma de fonte renda, outro aspecto que tem impulsionado o crescimento na quantidade de produtores aderindo ao PNPB é a série de incentivos que o governo, a nível estadual e federal, vem oferecendo para estimular esta produção. A nível federal, além da própria garantia de compra de toda a produção, a Petrobras estabelece um teto mínimo de 0,75 centavos pelo quilo da mamona, além de vantagens como o transporte e o descarçamento de toda a mamona.

Em contrapartida, o governo do Ceará se compromete a garantir que o preço do quilo da mamona não fique inferior a R\$ 1,00 (um real), subsidiando o valor mínimo pago pela Petrobras com, no máximo, mais 0,25 centavos. Além disso, distribui sementes e paga por ano 200,00 reais por hectare plantado para cada agricultor que estiver cadastrado no programa.

Uma das questões que não fica bem esclarecida na proposta de benefício oferecida pelo governo estadual, é referente ao período de vigência do valor de 200 reais. Ou seja, nos contratos não há previsão de aumento deste subsídio.

Nas entrevistas realizadas com camponeses nos assentamentos Santana e Bargado no município de Monsenhor Tabosa e Monte Alegre, em Tamboril, localizados na Mesorregião dos Sertões Cearenses e Microrregião do Sertão de Crateús, ambos responsáveis pela maior produção do Estado nos anos de 2008 e 2009, notou-se a expectativa dos produtores pelos benefícios que a produção tem trazido; sobretudo, devido à garantia de renda no final do segundo semestre, seja pela venda da mamona ou pelo pagamento dos incentivos do governo do estado.



FOTO 3 - Compra da mamona pela Petrobras,
Monsenhor Tabosa-CE
Fonte: Thiago Tavares, 2010.



FOTO 4 - Agricultora e saco de mamona em casa.
Assentamento Bargado, Monsenhor Tabosa-CE
Fonte: Thiago Tavares, 2010.

Nas fotos 3 e 4, podemos observar o momento de venda da mamona pelos camponeses, em um Galpão alugado pela Petrobras. A foto ilustra os dados apresentados, e demonstra a grande procura pelos camponeses pela participação no programa no ato de sua venda. Justificativa semelhante, pode ser visualizada pela foto 4, onde a camponesa, presente na sala de sua casa, guarda as sacas com as bagas de mamona, para que um caminhão alugado pela Petrobras vá buscar, realizando a compra pela instituição.

Os dados que apontam o crescimento na quantidade de camponeses integrados ao PNPB se justificam pelo formato assistencialista que o Programa assume, pois há uma dependência econômica destes sujeitos para com o governo. Esta dependência dos agricultores com o programa acaba por amenizar a pobreza rural existente, contudo não resolve por definitivo, o que, ao nosso ver, mascara a realidade e caracteriza o assistencialismo. Sobre os valores repassados pelo governo, assim nos fala um agricultor do assentamento Paulo Freire:

[...] Olha, do meio do ano pra lá, ainda mais quando o inverno é ruim e num se tem mais o que colher, chega um dinherin do governo pra quem plantou mamona, que é pouquin, mas pra gente faz uma diferença. É os benefícios do governo.[...] Aqui quase todo mundo faz o seu roçado de mamona, porque se num chover, o milho e o feijão num dá e se chover, o preço desses alimento fica muito barato. Só serve pra gente comer mesmo, pra vender ninguém apura muito não. (Entrevistado B, assentamento Paulo Freire).

Corroborando com as palavras do assentado, o coordenador do Instituto Agropolos do Ceará, em entrevista para a pesquisa e ao ser perguntado sobre “Quais os benefícios deste programa para os camponeses?” informa que

O principal benefício para o agricultor é a renda complementar que entra no segundo semestre do ano onde o agricultor normalmente não tem renda da agricultura. (Entrevistado C, Instituto Agropolos do Ceará).

Ao ser consultado também sobre os aspectos negativos que o Programa oferecia aos agricultores, o mesmo respondeu que são: “*a dependência pro governo e a baixa produtividade*”.

A baixa produtividade apontada pelo coordenador é identificada como uma das causas que impedem o desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel no Ceará. No entanto, este motivo se apresenta contraditório, já que, segundo o engenheiro sênior da Petrobras Biocombustível S/A, Entrevistado D, a usina de Quixadá não tem processado

a semente de mamona e produzido óleo para produção de agrocombustível, porque todo o maquinário comprado pela Petrobras, importado dos EUA, foi fabricado para a produção de agrocombustíveis a partir do milho. Em outras palavras, independentemente de alta ou baixa produtividade, há um problema estrutural relativo à técnica.

A Usina de Quixadá, por não possuir a tecnologia adequada ao processamento e refino do óleo a partir da mamona, desdiz diretamente o estímulo do governo à produção desta cultura pelos camponeses.

Refletimos que, desta forma, se torna no mínimo complicado o posicionamento do governo em justificar o incentivo a produção pelo camponês de culturas energéticas potencialmente voltadas à produção de agrocombustíveis, em detrimento de políticas públicas que impulsionem a produção de culturas alimentares.

Para o gerente de suprimento da Usina de Quixadá, Entrevistado A,

[...] Algumas críticas identificam a Usina como um “elefante branco”, na qual a produção é baixa e grande parte de sua matéria-prima advém de outras regiões. O fator climático é outro aspecto negativo, pois impede uma boa safra. No decorrer dos anos a Petrobras vem desconstruindo uma imagem que a empresa *Brasil Ecodiesel* deixou nos agricultores produtores de mamona, ao descumprir seus contratos. (Entrevistado A, Gerente Petrobras).

Desta forma, toda a produção de bagas, segundo o engenheiro Entrevistado D, tem sido colhida pelos agricultores cearenses pertencentes ao Programa, e tem como destino a empresa OLVEQ, localizada na sede do município de Quixadá.

[...] Temos terceirizado a produção, pois os equipamentos da Usina, não são apropriados para o processamento e refino do óleo a partir da semente de mamona. As fontes que utilizamos para a produção de biocombustíveis são: soja, algodão e sebo. A soja, que vem em grande parte do Sul do Brasil toma 50% da capacidade da indústria. O algodão e o sebo ocupam 25% cada. (Entrevistado D, engenheiro sênior, da Petrobras Biocombustível S/A).

Segundo indicam os dados do Ministério de Minas e Energia, o óleo de mamona no Brasil, até o ano de 2008, não estava sendo utilizado para a produção nacional de Agrocombustível. O óleo de soja esteve disparado em primeiro lugar.

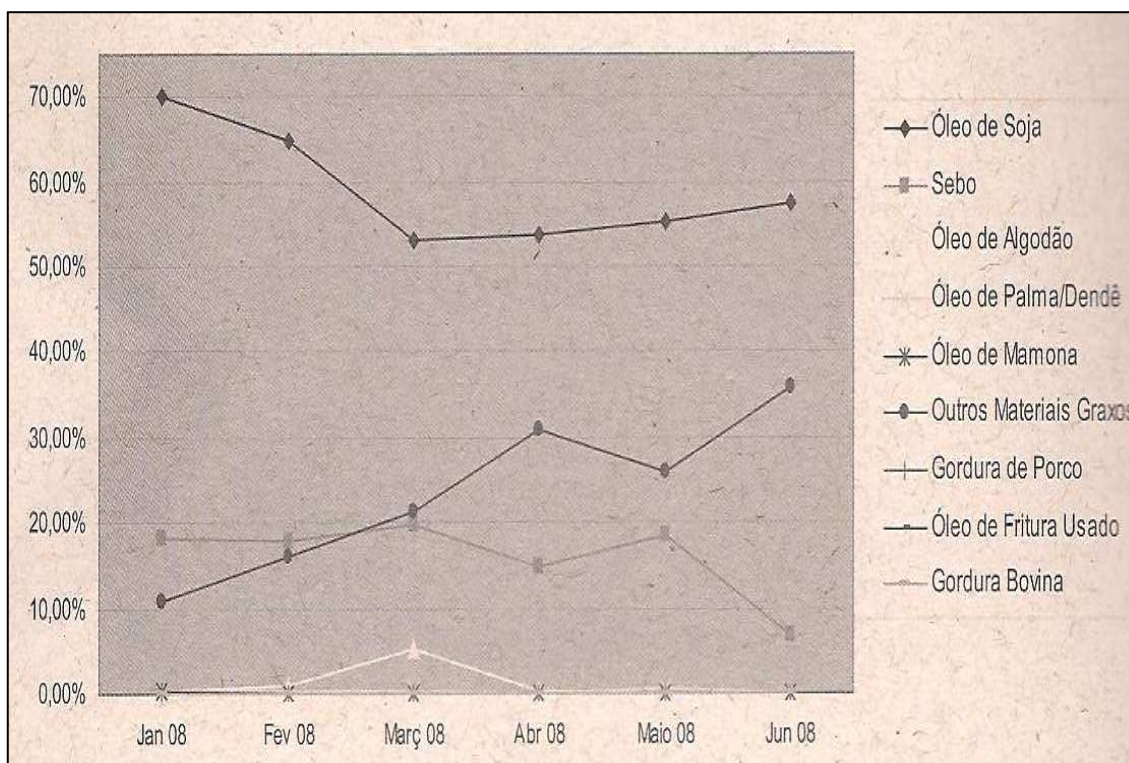


GRÁFICO 1 - Matérias-primas utilizadas para a produção do Biodiesel no Brasil.
 Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME), 2008 apud Wilkinson e Herrera, 2010, p. 67.

Os dados de 2006 da CONAB apontam que a distribuição de áreas plantadas com grãos no Brasil, teve soja como o principal grão cultivado, alcançando a marca de 47,1%, quase a metade da produção. Na sequência tivemos o milho com 27%, o feijão com 8,9%, o arroz com 6,4%, o trigo com 5%, o algodão com 1,8% e outras com 3,5%. (ORTIZ, 2006).

Na próxima parte do texto, nos propomos a estudar, mais especificamente, os desdobramentos do incentivo à produção de mamona no município de Monsenhor Tabosa; focando a pesquisa nas experiências de cinco assentamentos: Santana, Bargado, Tira Teima, Paulo Freire e Margarida Alves, todos ligados ao MST. Também incluindo mais três localidades: Boa esperança dos Miguel, Serrote Branco e São Raimundo dos Potós.

4.2 Monsenhor Tabosa

A mamona foi projetada nacionalmente a partir do advento do Programa de Agrocombustíveis do Governo Federal como a principal alternativa para o semiárido nordestino, principalmente pela importância econômica que esta poderia significar para

a agricultura familiar. Desta forma, muitos foram os camponeses que aderiram ao PNPB com a expectativa de aumentarem sua renda com cultivo da mamona.

Filho de José Cisnando Araujo e Francisca Maria de Lurdes, naturais de Uruburetama, o agricultor Entrevistado E, de 70 anos de idade, que reside na localidade de Serrote Branco, distante alguns quilômetros da sede municipal, foi um deles e nos fala sobre sua *terra* e sobre o cultivo de mamona em tempos pretéritos,

[...] Lembro muito de meu pai e meus irmãos plantando mamona. Éramos sete, contando comigo. Naquele tempo, não era só a mamona que se dava aqui, na nossa *terra*. Tínhamos roçados de feijão, milho, mandioca, algodão. Nesta *terra*, sempre se deu bons cultivos. [...] Uns anos é melhor outros é pior, mais posso lhe dizer que fome ninguém nunca passou, lá em casa não. Nessa *terra* aqui não. [...] Meu pai já veio pra cá pra plantar [...]. (Entrevistado E, 70 anos, distrito de Serrote Branco).

Antes da chegada de seus pais, a *terra* aqui referida pelo agricultor, no início do século XIX, ainda não se constituía como município cearense e era chamada de Fazenda Forquilha. Conta-se que fora apossada pelo gregário Teodoro de Melo, ao chegar com seus escravos, também conhecidos como “pretos Teles”. No final do século XIX, a comunidade de ex-escravos, de posse da *terra*, vende duas léguas destas para Inácio Gomes e Veríssimo Gomes, que logo doa cem braças de *terra* para construção do patrimônio da Capela de São Sebastião. No mesmo ano de edificação da capela, a comunidade que habitava esta *terra* passa-se a se chamar de Telha, por referência dos restos de uma olaria de telha, encontrada nas escavações para construção da capela, atribuída a índios que ali habitavam. (IBGE, 2011; MONSENHOR TABOSA, 2011).

A *terra* hoje habitada pelo senhor José Araujo Sobrinho e mais 16,705 habitantes (IBGE, 2011) recebe o nome de Monsenhor Tabosa. Não muito diferente das diversas localidades que por categorias, são diferenciadas a partir de decretos-leis, o município de Monsenhor Tabosa, ainda sobe o nome de Telha, foi considerado Distrito em 20 de Maio de 1931 pelo Decreto-Lei nº 193 e passou a categoria de Vila no dia 31 de março de 1938 pelo Decreto-Lei nº 169. Em diversos momentos da história desta *terra*, sua jurisdição ficou flutuando entre os municípios vizinhos, Tamboril e Santa Quitéria. Alcançou a categoria de Município na forma da Lei nº 1.153, de 22 de Novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de Março de 1955.

Da mesma forma que vários outros municípios do sertão nordestino, Monsenhor Tabosa alberga sobre sua *terra*, a memória de diversos Josés, assim como

diversos Josés abrigam as diversas memórias da *terra*: Monsenhor Tabosa. Também tal qual ocorre em vários outros municípios do sertão nordestino, pequenos agricultores de Monsenhor Tabosa, nas suas mais diversas categorias, aumentaram as estatísticas cadastrais do governo ao se inserirem nesta política pública. O gráfico a seguir informa o crescente número de agricultores em quatro municípios que aderiram ao programa nos anos de 2007 a 2010.

TABELA 4 - Quantidade de produtores em Monsenhor Tabosa.

Municípios	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Monsenhor Tabosa	72	171	252
Tamboril	76	171	253
Canindé	176	393	475
Santana do Acaraú	39	192	290

Fonte: Cooptrace. Dados tabulados por Thiago Tavares, 2010.

O município com maior quantidade de agricultores, e que está inserido no programa até 2010, foi Canindé. Com exceção de Santana do Acaraú - que nos anos de 2007-2008 para 2008-2009 teve um aumento de quase seis vezes no seu número de camponeses no programa -, os outros três municípios (Monsenhor Tabosa, Tamboril e Canindé) indicaram um aumento de duas vezes e meia o seu número. Na análise dos anos de 2008-2009 para 2009-2010, o número de trabalhadores inseridos no programa, teve um crescimento médio nestes quatro municípios de 40%.

Este aumento significativo de agricultores no Programa aconteceu na maioria dos municípios do Estado do Ceará. No município de Monsenhor Tabosa, um dos motivos que pode ser apontados para este aumento, além da geração de renda e dos benefícios econômicos concedidos pelo governo, é a presença do cultivo da mamoeira no imaginário camponês dos mais velhos. A experiência no plantio desta oleaginosa permanece viva na memória dos agricultores, o que pode ter facilitado sua retomada. Assim nos fala o agricultor Entrevistado F, do Assentamento Margarida Alves:

[...] Eu voltei a plantar quando o movimento [MST] trouxe essa proposta pra gente, me incentivou muito, porque a mamona aqui é fácil de dar, mesmo que seja perigoso às criações comerem. No local que morava antes, lembro que muita gente foi deixando de plantar mamona por causa das criações, isso é verdade, conheci muito agricultor, dono de gado, que tacou fogo em roçados de outro, por ver seus animais morrendo toxicado, por ter comido mamona. Como ninguém quer arrumar intriga, confusão com ninguém, a gente parou de plantar. (Entrevistado F, do Assentamento Margarida Alves).

No passado, a produção de mamona era comercializada em feiras ou vendida diretamente para comerciantes que revendiam para indústrias localizadas em Fortaleza.

Segundo Amora (1978), as indústrias instaladas, no período que vai do final do século XIX até a década de cinquenta e que compreende a primeira fase de implantação industrial na capital do Estado do Ceará, estavam voltadas, principalmente, para o aproveitamento da produção agrícola regional. Nesta lógica, a mamona, assim como outras oleaginosas, tinha importante função no desenvolvimento das indústrias em Fortaleza e, segundo a autora,

[...] ligada à têxtil, desenvolve-se a indústria de óleos vegetais, aproveitando o caroço de algodão. Também visando à produção de óleos, foram industrializados a mamona, a oiticica e o babaçu, destacando-se a capital cearense como um dos principais centros produtores de óleo vegetais do nordeste. (AMORA, 1978, p.19-20).

Para Andrade (1981), estas indústrias se apresentaram como as principais fomentadoras do vetor de modernização aplicado ao Nordeste brasileiro em meados do século XIX, quando do beneficiamento de produtos adaptados às condições climáticas locais, como o algodão e a cana de açúcar.

O declínio destas indústrias se deu pela obsolência do seu maquinário, que por volta da década de cinquenta entrou em crise, agravada também pela concorrência das indústrias localizadas no sudeste do Brasil e a integração econômica do país, facilitada pelo desenvolvimento dos transportes, levando ao enfraquecimento do mercado regional e das indústrias nordestinas. (AMORA, 1978).

Acompanhando os dados da produção de mamona da década de 1990 aos anos de 2010, observamos o quanto esta cultura foi decrescendo vertiginosamente. O destaque fica para queda da produção, nos anos de 1990 a 1993, quando a safra foi nula.

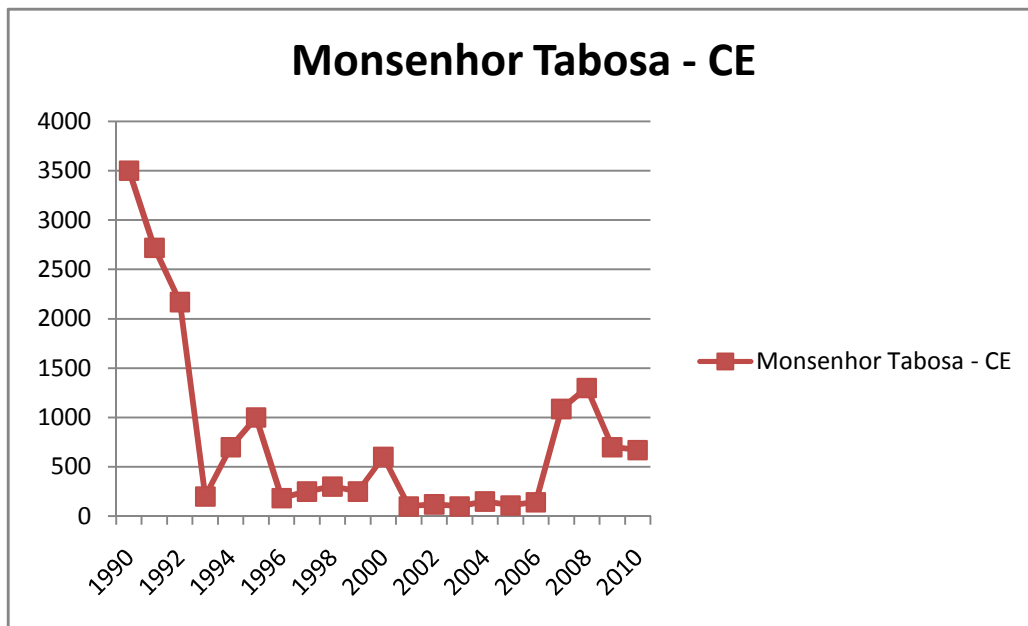


GRÁFICO 2 - Matérias-primas utilizadas para a produção do Biodiesel no Brasil

Fonte: Elaborado por Thiago Tavares a partir de dados do IBGE, 2011.

No entanto, o gráfico 2 também nos revela outra informação interessante para ser observada: a retomada da produção nos anos de 2005 e 2006. Dois fatores podem ser apontados para o aumento na produção de mamona, estes intrinsecamente ligados ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

O primeiro se deve a publicação da Lei 11.097 que decreta a inclusão de um por cento de agrocombustível em todo diesel produzido no país, iniciando a criação e a efetivação de uma cadeia produtiva e impulsionando o desenvolvimento de um novo mercado para o setor energético brasileiro.

Esta nova cadeia alicerçada sob a lógica organizacional do agronegócio, definida anteriormente como um complexo que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças (WELCH; FERNANDES, 2008), promove a interligação dos sujeitos presentes neste processo produtivo ao mercado consumidor.

Neste caso podemos identificar alguns atores presentes no PNPB, são eles:

- i) Fornecedores de insumos: papel desempenhado pela Petrobras e pela EMBRAPA, ao fornecer as sementes para cultivo da Mamona.
- ii) Agricultores: sujeitos responsáveis por proceder o uso da terra para produção das oleaginosas.
- iii) c) Processadores: são as agroindustriais responsáveis por pré-beneficiar, beneficiar, ou transformar os produtos in-natura. Exemplos: (a) pré-beneficiamento - são as plantas encarregadas da limpeza, secagem e armazém de grãos; (b) beneficiamento - são as plantas que padronizam e empacotam produtos como: arroz, amendoim, feijão e milho de pipoca; (c)

transformação - são plantas que processam uma determinada matéria-prima e a transforma em produto acabado, tipo: óleo de soja, cereal matinal, polvilho, farinhas, álcool e açúcar. Nos três casos temos a OLVEQ, enquanto empresa contratada pela Petrobras, para realizar estes processos; iv) Mercado Consumidor: é o ponto onde a comercialização ocorre, sendo constituído por grupos nacionais e internacionais. No caso da produção do agrocombustível derivado da mamona, a Petrobras responsável pelo Estoque tem estocado o óleo oriundo da mamona.

Para orientar este mercado no qual o governo garantia a compra da produção de agrocombustíveis, a ANP estabeleceu os objetivos e a forma de compra desta produção. A compra se daria por meio de leilões nos quais cada empresa produtora vende sua produção para a Petrobras ou para a ANP. Os leilões, na verdade, são verdadeiras licitações nas quais o governo estabelece a quantia pela qual quer comprar e as empresas ofertam sua produção por um valor determinado.

Os objetivos seriam dois: fornecer o agrocombustível no mercado para consumo dos automóveis, este a cargo da ANP, e a criação de um estoque no qual a Petrobras é a responsável pelo fornecimento, caso aconteça algum problema eventual.

O segundo fator que, a meu ver, gerou este “renascimento” do plantio de mamona em Monsenhor Tabosa, está vinculado diretamente ao decreto já supracitado. Logo após, este ser publicado, uma verdadeira “cruzada” foi feita para instalação de indústrias, no Brasil. O relatório divulgado pela FASE, já alertava, inclusive, para o aumento de investimentos internacionais, interessados na aplicação de seus fundos, nas de instalação de usinas,

[...] As multinacionais estrangeiras estão adquirindo terra e investindo expressivos recursos na produção de matérias primas, especialmente cana-de-açúcar e soja, nos processos de industrialização e comercialização, bem como nos setores de infraestruturas e equipamentos. No caso do Biodiesel, note-se que a maior parte do capital da Brasil Ecodiesel, empresa líder da produção deste combustível é estrangeira [...]. (FASE, 2008, p.131).

A empresa Brasil Ecodiesel, citada no relatório, que possui 47,7% de ações administradas por uma *holding* americana, a BT Global Investment, foi uma das indústrias que apostaram na produção de agrocombustíveis, a partir das diretrizes estabelecidas pelo PNPB.

Segundo Entrevistado G, integrante da direção estadual do MST e uma das responsáveis pelo setor de produção de Agrocombustíveis do Movimento, a experiência da empresa Brasil Ecodiesel

[...] foi acompanhada por nós do movimento [MST] com cautela. Conhecemos a realidade do assentamento Santa Clara no Piauí e sabíamos que não ia dar certo. Não era esse tipo de produção que queríamos nos assentamentos do movimento. Não é à toa que a empresa fechou. [...] Aqui nossa parceria é com a Petrobras. (Entrevistado G, MST/Cooptrace).

A empresa Brasil Ecodiesel, no Ceará, instalou-se no município de Crateús e assim como no Piauí decretou falência, alegando baixa produtividade. Segundo o gerente de suprimento da Petrobras Biocombustível S/A, Entrevistado A,

[...] A Brasil Ecodiesel começou perdendo o selo social quando deixou de processar seu óleo a partir de matérias primas de origem da agricultura familiar. Ela importava soja do Sul, Paraná, por ali. Ela causou muitos problemas porque quebrou vários contratos com agricultores, atrasando o pagamento da mamona comprada dos agricultores. Acho que nem todo mundo recebeu seu pagamento até hoje. Isso repercutiu negativamente no Programa de Biocombustível e na Petrobras. (Entrevistado A, Gerente Petrobras).

A Usina de Quixadá, inaugurada em 2008, desempenha agora o papel antes ocupado pela falida Brasil Ecodiesel, dentro da Política Pública energética do governo, no Estado, já que agora é ela que atrai sobre sua órbita todos os agricultores inseridos no PNPB.

Ao relatar o caso da criação da *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG), Porto Gonçalves (2008) salienta que um novo formato de fazer política está sendo gestado, por parte dos grandes grupos empresariais, tendo com fundamento a grande propriedade da terra concentrada e/ou subordinando pequenos produtores por meio da integração oligopsônica.

O oligopsônio, caracterizado por ser mercado composto por poucos compradores e inúmeros vendedores, inversamente a definição de oligopólio, a nosso ver foi determinado em primeiro momento pela Brasil Ecodiesel e, logo depois, é exercido pela Petrobras sobre os agricultores. Os problemas referentes a esta modalidade de econômica no mercado devem-se ao poder dos oligopsionistas de influenciar os preços dos produtos ao seu bel prazer. Alguns destes problemas puderam

ser vivenciados no período final de funcionamento da Brasil Ecodiesel, como já relatado anteriormente, quando esta empresa quebrou vários contratos com os agricultores, segundo o gerente Entrevistado A da Petrobras.

Esta prática - assim como seus problemas devido a toda essa exclusividade produtiva - foi ignorada não só pelos agricultores já inseridos nesta política, mas também pelas lideranças do MST, que além continuarem a incentivar a produção das oleaginosas, neste momento, assume o compromisso de fornecerem assistência técnica nos assentamentos onde exercem influência política para o movimento.

Segundo Entrevistado H, técnico agrícola da Cooptrace e membro da direção regional do MST em Tamboril e Monsenhor Tabosa,

[...] Quase todos os agricultores que estavam cadastrados e plantando para Brasil Ecodiesel, mesmo com os problemas com a empresa, continuaram plantando mamona. Isso não foi problema nenhum, porque a Usina de Quixadá começou a funcionar e nós do Movimento, depois de muitas reuniões da direção com a empresa, assumimos a assistência técnica nos assentamentos, enquanto as outras cooperativas ficaram com pequenos agricultores de outras áreas. (Entrevistado H, MST/Cooptrace).

Outro fator que promoveu o crescimento do número de agricultores ao PNPB, pode ser apontado devido à propaganda produzida pelo governo em parceria com Organizações não governamentais - ONG's.

A Obra Kolping do Brasil, um movimento social católico, foi um dos principais parceiros do governo no processo de mobilização dos agricultores e sensibilização quanto às vantagens do cultivo de mamona. Segundo informações do seu relatório - Relatório final de execução Pólos do Biodiesel no Nordeste -, foram organizados 127 seminários, que contabilizaram a participação de 3081 agricultores, somente na sua filial no Ceará.

A relação dos movimentos sociais com os governos federal e estadual, nesta política pública, assume um caráter de disputa, pois ao mesmo tempo em que os movimentos sociais se apresentam como críticos ao programa, discutindo e debatendo, elaboram propostas que visam garantir determinadas pautas políticas.

Para o Entrevistado G, do MST, a relação com o governo é notória,

[...] Nosso objetivo no programa é promover a agricultura e a geração de renda para os agricultores. Promover uma melhor qualidade de vida pra eles, isto é claro pra gente do movimento. A produção de mamona

não pode ser feita sozinha, ela tem que estar sendo cultivado junto com o feijão, a melancia, o milho. Nossos técnicos do Movimento são orientados pra isso [...] (Entrevistado G, MST/Cooptrace).

A diferença que podemos notar, na proposta do MST, comparada com a proposta do governo é que, enquanto o primeiro busca a geração de renda aumentando a quantidade de agricultores cadastrados no programa, o segundo busca o aumento da produtividade no cultivo da oleaginosa.

O cultivo da produção consorciada nos assentamentos do MST, segundo a pesquisa realizada, corrobora com a afirmação da militante, citada anteriormente. Perguntamos aos agricultores dos assentamentos se estes plantariam sem consórcio, e estes responderam na sua maioria que “não”. Entre os camponeses entrevistados, 56% afirmou que continuaria plantando com consórcio, enquanto 42% plantariam sem consórcio. O número de pessoas que não sabiam responder foi de 2%.

As fotos 5 e 6 apresentam o cultivo de mamona por dois camponeses dos assentamentos Santana e Bargado, respectivamente. No primeiro caso, podemos observar o cultivo sem consórcio, realizado em uma área de três hectares. Na segunda foto, podemos observar o agricultor junto a um técnico da Cooptrace, em um plantio de mamona consorciado com o feijão.



FOTO 5 - Agricultor. Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa - CE
Fonte: Thiago Tavares, 2011.



FOTO 6 - Agricultor e Técnico da Cooptrace. Assentamento Bargado, Monsenhor Tabosa - CE
Fonte: Thiago Tavares, 2011.

A orientação dos técnicos do Movimento Sem Terra tem como objetivo efetivar a soberania alimentar dos camponeses, evitando que estes, tenham seu plantio

solapado pela substituição de sua cultura alimentar por outra cultura agrícola, não alimentar.

A ressalva fica pela característica da mamona de ser uma cultura permanente e que, após o plantio, a partir do segundo ano, ela cresce mais rapidamente que outras culturas. Segundo alguns, agricultores, sua “*sombra*” impede o crescimento de outras “*plantas*”. A opção, segundo, os próprios técnicos agrícolas do MST, fica no plantio da fava, que consegue crescer usando a mamona, como suporte.

Para a assentada Entrevistada I, o cultivo da mamona consorciada com outras culturas,

[...] é vantajoso, porque os meninos do movimento (*MST*) nos aconselha que desse jeito, nos num perde a colheita de feijão de milho. Isto a getne nunca pode para de plantar. Mais tem que ver também que a mamona é garantia de renda. Acho que o certo seria plantarmos os dois mesmo, um pra comer outro pra vender. Se nos fosse viver de vender milho, a gente passava fome. Quando tem um inverno bom, que a colheita é boa, temos muito milho, mais o valor do quilo, é muito baixo, todo mundo tem pra vender e os comprador paga muito mal [...] (Entrevistada I, Assentamento Bargado).

Embora exista um trabalho de base feito pelo MST, na qual a conscientização dos assentados sobre a produção consorciada é estimulada, podemos identificar na fala da Entrevistada I, que existe já uma construção formada sobre a necessidade de não abandonar a produção das culturas alimentares, como o milho e o feijão. Mesmo com alguns problemas, como a “*sombra*” feita pela mamona, por exemplo, os agricultores não veem a terra e seu cultivo simplesmente com um olhar economicista ou como uma mercadoria para acumular capital. Em nossa opinião, este vínculo com a terra que visualizamos na fala da assentada aparece como um fator de resistência ao modelo agrícola, que vai sendo implantado e que chega aos camponeses por meio de políticas públicas, aqui no caso, sob o nome de PNPB. O feijão e o milho não são vistos como produtos comerciais: eles fazem parte de sua cultura de sua base familiar.

É com esta compreensão que acreditamos ter visualizado a presença/permanência da sabedoria camponesa, suas técnicas e suas ferramentas, seu conhecimento e seus instrumentos, resistindo às imposições da lógica produtiva presente nas políticas públicas e sua entrada nos territórios camponeses. Desta forma, finalizamos aqui com a fala do senhor Entrevistado J, outro assentado sobre o cultivo de alimentos, consorciado a produção de mamona.

[...] nós não podemos para de plantar nossa comida, senão, o que vamos comer? Eu aprendi como meu pai a plantar a terra e ensinei pra três filhos meu. Teve dois que não quiseram, foram pra cidade e voltaram, não deu muito certo, não se adaptaram lá. Eu acho que os dois que ficaram aqui e plantaram, igual eu fiz, vivem melhor que os outros. Porque, mesmo com toda dificuldade, que todo mundo passa na vida, e aqui, quando não tem inverno, a gente dá um jeito, a família ajuda o outro. O feijão e o milho pode ser pouco, mas sempre dá pra dividir e todo mundo come. Eu fico plantando mamona sim, há muito tempo, mas, num vou deixar de plantar minhas terras com feijão e milho não, mesmo que hoje a mamona teja melhor pra plantar né. (Entrevistado J, Assentamento Paulo Freire).

4.3 Da crítica da produção à construção da Soberania Alimentar

Como observado anteriormente, foi possível compreender algumas diferenças basilares que distinguem a proposta de cultivo das culturas voltadas para produção dos Agrocombustíveis, pelo MST, em oposição aos objetivos dos governos estaduais e federais.

Para ilustrar estas diferenças, Stedile (2006), salienta que o movimento defende,

[...] utilizar as terras e os recursos naturais de nossa sociedade de outra forma. Defendemos organizar em pequenas e médias unidades de produção (poderiam ser até 1.000 hectares, mas precisam ter um limite), defendemos a policultura como forma de aproveitar melhor o potencial do solo, do clima e a preservação da biodiversidade. Queremos priorizar a produção de alimentos, e alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Queremos uma agricultura que absorva mão-de-obra, gere trabalho. Garanta renda a todos os que trabalham no meio rural e não apenas aos grandes proprietários, que em geral moram nas capitais. Queremos estimular o uso de técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente e o preservem para as gerações futuras. Queremos a adoção e multiplicação de sementes convencionais, já adaptadas à nossa natureza, e contra os transgênicos, que são apenas uma forma de as transnacionais nos explorarem com royalties. (p. 17).

Sob este perspectiva, camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas, dentre outros povos etc., continuam a produzir sua subsistência numa relação equilibrada com a natureza de maneira que não se pode confundir com o agronegócio. Em outras palavras, neste período de mundialização do capital, esses povos chamam “[...] a atenção para o fato de suas práticas culturais específicas serem aquelas que mais se

coadunam com os interesses da humanidade e da ecologia do planeta e, por isso, devem ser respeitadas enquanto tais”. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 03).

Com relação a esta proposta de produção agroenergética, um dos posicionamentos mais críticos, advindo por parte dos movimentos sociais, pertence a Via Campesina – Brasil. Afirmando que o modelo estabelecido de produção de agrocombustíveis ao invés de trazer benefícios ao meio ambiente, por meio da substituição dos combustíveis fósseis pelo biodiesel, vai acabar aumentando os impactos, como também alerta sobre a problemática da substituição da produção de alimentos por energia, em que “[...] a produção industrial de agrocombustíveis vai aumentar o aquecimento global, em vez de proporcionar a redução. A monocultura de palma, soja, milho ou cana de açúcar vai contribuir na deflorestação e na destruição da biodiversidade”. (VIA CAMPESINA, 2012, s/p).

A Via Campesina acredita que as soluções para a atual crise têm que surgir de atores sociais organizados, que estão desenvolvendo modelos de produção, comércio e consumo baseados na justiça, na solidariedade e em comunidades saudáveis. Nenhuma solução tecnológica vai resolver o desastre do meio ambiente ou social. Somente uma mudança radical na forma como produzimos, comercializamos e consumimos pode dar terras para comunidades rurais e urbanas saudáveis. A agricultura sustentável em pequena escala, um trabalho intensivo e de pouco consumo de energia pode contribuir para o resfriamento da terra. (VIA CAMPESINA, 2012, s/p).

A Via Campesina não visualiza a solução da crise socioambiental, a partir das propostas estatais fortemente pautadas pelo setor tecnológico e empresarial, pelo contrário, acredita que esta problemática deve ser construída por meio da organização dos sujeitos sociais em busca de outro modelo de produção, distribuição, circulação e consumo.

Outro posicionamento crítico sobre a produção dos agrocombustíveis, desta vez, referente a problemática existe na sua relação direta com o encarecimento do preço dos alimentos, é, assim, colocado por Frei Betto,

[...] Estudo da OCDE e da FAO, divulgado a 4 de julho, indica que “os biocombustíveis terão forte impacto na agricultura entre 2007 e 2016.” Os preços agrícolas ficarão acima da média dos últimos dez anos. Os grãos deverão custar de 20 a 50% mais. No Brasil, a população pagou três vezes mais pelos alimentos no primeiro semestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2006. (2012, s/p).

Nesta perspectiva, as críticas feitas pelos movimentos sociais e alguns intelectuais sobre a substituição das culturas alimentares pelas culturas energéticas e o aumento do preço dos alimentos, pressionaram ao FAO para que posiciona-se propositivamente a respeito dos desdobramentos na agricultura e na alimentação das nações em virtude deste contexto. O seu relatório apontou que,

[...] Los precios de los alimentos han aumentado rápidamente, provocando protestas en muchos países y generando graves preocupaciones sobre la seguridad alimentaria de las personas más vulnerables del mundo. (FAO, 2008, p. 18).

Desta forma, o conflito existente pode ser percebido na oposição entre a produção de alimentos e agrocombustíveis, em que, há uma valorização da produção de energia em detrimento a produção de alimentos. Como esta última, é uma necessidade básica para sobrevivência humana, a subnutrição e a fome perdem em importância quando são valorizadas políticas públicas que contribuem para expansão da produção de energias por fontes agrícolas. O ser humano é reificado, seu legado fica para segundo plano, enquanto as mercadorias tomam seu lugar.

[...] Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis. (BETTO, 2012, s/p).

Ancorado nestas críticas, para Porto Gonçalves (2004), pode-se acompanhar o quanto a lógica do capital continua perversa no campo, em que, o consumismo desenfreado, também esta intrinsecamente ligado a exploração descomedida da natureza. Exploração da natureza combinada com a exploração do trabalho pelas pessoas, permitindo a acumulação/reprodução do capital. Este processo de desenvolvimento capitalista torna-se responsável pela exclusão e marginalização dos povos, além da destruição da sociobiodiversidade.

Essa destruição biológica e cultural e, portanto, da sociobiodiversidade, efetuada pela territorialização do capital no campo e seu agroecossistema, tem como uma de suas causas à homogeneização/simplificação dos ecossistemas que, por isso, necessitam de uma grande quantidade de insumos industrializados para manter sua

reprodução. O emprego desses insumos tem como consequência a poluição dos rios e dos solos, causando a morte de peixes e comprometendo a reprodução das comunidades ribeirinhas que tem na pesca uma atividade principal ou complementar de sua subsistência. (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Além de se fazer importante, devido ao contraponto que a valorização da sociobiodiversidade oferece como resistência ao processo de territorialização do capital no campo, ela também se justifica por fundamentar um conceito extremamente valioso para os camponeses e suas praticas agrícolas, à Soberania Alimentar.

Este conceito foi concebido dentro de uma articulação de camponeses a nível internacional, a Via Campesina. Que a define como,

“[...] o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (...). Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território (...)” (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud CAMPOS, 2007).

Este conceito que busca contemplar os povos e a defesa de seus territórios, surge como um avanço na compreensão do significado que possui a produção de alimentos para as famílias e comunidades originárias⁴. Este conceito, não se limita a análise quantitativa da produção de alimentos, pelo contrário, ele ressalta o caráter qualitativo do cultivo, sendo salutar para fundamentar o direito a preservação e permanência dos saberes e conhecimentos presentes em territórios camponeses. Isto tudo, contra as ameaças postas, sejam elas oriundas dos desdobramentos de políticas públicas, como a política de expansão da produção de agrocombustíveis, PNPB e Proálcool, assim como por empresas e grileiros de terra.

⁴ Porto Gonçalves (2006), explica a distinção e o cuidado no uso das expressões ‘tradicional’ e ‘originárias’. Para o autor, não se deve “[...] confundir sociedade originárias com sociedade tradicionais. A expressão tradicional conchama ao seu par moderno e, assim, se inscreve numa hierarquização conduzida pelo eurocentrismo do tradicional ao moderno. Já a expressão originária recusa esse par e requer que seja vista por si e pelos seus próprios valores (p.25)”.

É válido relatar que este conceito, se torna importante também, pelo fato de superar um conceito antigo que também dizia respeito a autonomia e necessidade de produção de alimentos pelos povos, a Segurança Alimentar.

Este conceito, segundo Maluf (s/d), começou a ser utilizado,

[...] após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência da guerra, vivenciada, sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a idéia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos. (p.1)

Esta conjuntura impôs um entendimento deste conceito, ideologicamente comprometido aos interesses empresarias, possibilitando o avanço do capital no campo, já que a discussão em torno da questão alimentar esteve estreitamente associada somente ao aspecto produtivo.

Na Ia. Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974, em um momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safra em importantes países produtores, a idéia de que a segurança alimentar estava quase que exclusivamente ligada à de produção agrícola era dominante. Isto veio, inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde. Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou - embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde - e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial. (MALUF, s/d, p.1).

Nesta lógica, a segurança alimentar, surge como justificativa para problemática da fome, contudo, impulsionando a mecanização e a maior produtividade do setor agrário, privilegiando a disputa da produção agrícola sob as leis do mercado, o que condiciona e promove a destruição das pequenas e medias propriedades, solapando a

autonomia da produção camponesa, assim como promovendo miséria, a pobreza e conseqüentemente a fome. (ROSSET, 2006).

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra chave. Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de soberania alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global. (THOMAZ JR., 2007, p.9).

De acordo com Fernandes (2009), enquanto política pública, a soberania alimentar deve assumir uma posição contra as políticas de commodities das agriculturas agroexportadoras do agronegócio, pois são estas que promovem a fome. A soberania alimentar para este autor,

[...] Significa defender a qualidade dos alimentos para o bem da saúde pública, utilizar tecnologias apropriadas que não destruam o meio ambiente, ou seja, significa respeitar a natureza, o tempo e o espaço da vida. É acreditar numa temporalidade e numa territorialidade humanas, contra os tempos e espaços técnicos que rompem com a lógica da existência e cria a lógica da sobrevivência por meios artificiais. Significa igualmente defender o trabalho decente sem exploração para garantir o sentido da soberania como hegemonia das pessoas que participam da produção e do consumo de alimentos. Soberania alimentar só pode ser política de governos democráticos que não estejam vendidos às corporações nacionais e transnacionais. Estas corporações colocam seus interesses acima dos interesses da sociedade e transformam os alimentos em mercadoria. E neste ponto há uma diferença enorme entre duas formas de organização que produzem alimentos para a sociedade: o campesinato e o agronegócio. (FERNANDES, 2009, p.12)

O alimento na perspectiva dos camponeses e de seus movimentos sociais, não é uma mercadoria. Este se apresenta como elemento fundamental para existência e reprodução destes sujeitos sociais. Assim nos fala o entrevistado G, do MST,

[..] a produção consorciada da mamona deve assegurar e garantir a soberania alimentar das famílias. O fato de ela promover uma renda a mais, é uma boa coisa, porque nem sempre o agricultor tem condições de comprar outros alimentos que ele não consegue plantar [...] (Entrevistado G, MST/Cooptrace).

Ao ser questionado sobre a possibilidade dos agricultores perderem sua soberania alimentar, em decorrência do interesse financeiro que o cultivo de mamona pode provocar e, conseqüentemente, diminuir a quantidade de hectares voltados para o plantio de culturas alimentares, o Entrevistado G, respondeu que,

[..] dentro dos assentamentos essa é uma preocupação nossa, que tentamos resolver com o acompanhamento de nossos técnicos que são também militantes do movimento. Primeiro que só entramos nesse programa porque a produção consorciada é obrigatória, e outra questão é que sempre o setor de produção do movimento se reúne e recebem a orientação pra acompanhar e orientar bem os agricultores. É claro que os agricultores conhecem bem o quando vai dar de safra cava vez que plantam, por isso, se no consorcio, aparece um ano 70% de mamona e 30% de feijão, isso muda no ano, que o inverno melhora [...] (Entrevistado G, MST/Cooptrace).

As fotos a seguir, 7 e 8, ilustram as palavras do entrevistado. Na primeira foto podemos observar o cultivo da mamona consorciada ao cultivo do feijão. Na segunda, observamos o contato do técnico do movimento com um agricultor. Os cultivos localizam-se nos assentamentos Santana e o Bargado, respectivamente.



FOTO 7 - Cultivo consorciado de mamona e feijão. Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa - CE. Fonte: Thiago Tavares, 2011.



FOTO 8 - Agricultor e Técnico da Cooptrace. Assentamento Bargado, Monsenhor Tabosa - CE. Fonte: Thiago Tavares, 2011.

Sob o ponto de vista da soberania alimentar, os agricultores pertencentes aos assentamentos ligados ao MST, constroem esta, mesmo inseridos em políticas públicas,

formuladas sob o ponto de vista do modelo econômico-financeiro do agronegócio, como é o caso do PNPB. Dito isto, uma das problemáticas que podem ser observadas nesta relação, é referente à autonomia e o controle político dos sujeitos e instituições, pois não há consenso, em saber, diretamente quem pauta quem, nesta relação. Ou é a política pública que interfere nos processos produtivos ou é o MST que se apropria desta e a influência, modificando-a por dentro?

Não obstante, o que pode ser apresentado em maior relevo nesta questão, por mais delicada e complexa que seja, encontra-se nos posicionamentos públicos assumidos pelo MST, assim como pela a articulação internacional da qual fazem parte, a Via campesina. Estes posicionamentos elucidam a estratégia utilizada pelo MST ao estar integrado na política pública de Agrocombustíveis.

Em nota, o MST assevera que,

O governo brasileiro enxerga nesta onda dos biocombustíveis uma grande oportunidade de aumentar as exportações, a começar pelo etanol da cana-de-açúcar. A produção do biodiesel, ao contrário, deverá estar por muitos anos voltada prioritariamente para o mercado doméstico. Embora o Programa Nacional do Biodiesel busque privilegiar a produção da agricultura familiar, a participação da soja cultivada em grandes propriedades vem predominando amplamente: ela é de 90%, atualmente. No estado de São Paulo, onde a cana-de-açúcar se expandiu com maior vigor nos últimos anos e a agropecuária já ocupa a quase totalidade das terras disponíveis, o emprego rural vem decrescendo continuamente. José M. Camargo, da Unicamp, mostra em estudo recente que, entre 1970 e 2000, a agricultura paulista eliminou cerca de 700 mil postos de trabalho, 40% dos empregos existentes no período. E este processo está ainda em curso. [...] (MST, 2012, s/p)

A crítica do MST a esta produção, pode ser vista na denuncia que o movimento faz a grande parte da origem do óleo transformado em agrocombustível, ter sua origem na principal na soja, 90%. Assim, ao mesmo tempo em que denunciam o domínio dos grandes latifúndios e sua inserção no programa, em detrimento da agricultura familiar, apontam suas análises, para o desenvolvimento desta política pública, em atenção aos camponeses. Assim, afirmam que,

A produção de agrocombustíveis pela agricultura familiar, em um modelo no qual os agricultores possam ir além do plantio, participando da fabricação do combustível, parece ser hoje a melhor alternativa para a produção de combustíveis vegetais, em termos sociais e ambientais. (MST, 2012, s/p).

Cabe destacar, nesta nota, o trecho do qual o movimento já aponta para uma compreensão que no processo produtivo dos agrocombustíveis, os camponeses devem também assumir o protagonismo em outros setores desta cadeia produtiva. Isso evitaria sua condição de subalternidade e dependência frente aos preços dos mercados e das agroindústrias.

A postura do MST, frente às imposições dos mercados de agrocombustíveis é semelhante a sua política frente aos mercados do agronegócio de alimentos e commodities, pois, lutam por políticas públicas que fomentem e possibilitem a produção alimentar a partir da pequena propriedade familiar. Esta produção, sob sua lógica, deve ser voltada para o cultivo e o consumo de alimentos pela base que constitui o camponês, a família.

[...] a organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes secularmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezada em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico [...] A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital [...] (FABRINI, 2008, p.263)

Na visão posta por Fabrini (2008), o cultivo, a colheita, a estocagem e todo processo agrícola presente no mundo camponês, não se limita a produção de uma mercadoria e seu apelo comercial, mas a um conjunto de conhecimentos vinculados diretamente o a relação do campesinato com a natureza.

Na pesquisa realizada, foram observadas algumas práticas da cultura camponesa que ainda permanecem vivas no cotidiano da vida rural. Isto pode ser observado na fala do senhor Entrevistado J, ao ser perguntado sobre qual semente utilizava para o cultivo de mamona.

[...] Aqui eles (*Petrobras/Ematerce*) dão as sementes pra gente, mas eu não utilizo todas, pra mim, a melhor semente é uma que já tínhamos, aqui sempre teve mamona, não tinha muito como agora tá tendo né, mas sempre teve, e ai, sempre tivemos sementes. Aqui tem uns agricultor que guarda as sementes e só planta com elas, eu uso algumas que eles dão, pra testar mesmo, mas boa é a nossa [...] a

nossa é natural, própria daqui né [...] (Entrevistado J, Assentamento Paulo Freire).

Semente é vida, é base de alimento, de multiplicação, de crescimento, de sobrevivência, é elemento básico da agricultura como estratégia social. Na vida camponesa, a posse das sementes próprias representa autonomia, liberdade, poder popular, independência, auto-suficiência. O agricultor que perde suas sementes fica em condições de dependência: é outra pessoa quem determina o novo plantio. (GUTIÉRREZ, 2003, p. 261)

O domínio do camponês sobre a semente crioula contrapõe-se diretamente a compreensão errônea que é propagandeada pelo agronegócio, que diz que o camponês faz parte do agronegócio.

Segundo Fernandes (2009), isto pode ser explicado por um motivo principal, que se deve ao fato de o agronegócio ser visto como uma totalidade. Este entendimento é intencionalmente propagado quando se observa somente o controle hierárquico do mercado mundial agrário, seus insumos e os pacotes tecnológicos para sua produção.

[...] Embora, o agronegócio controle a maior parte do mercado mundial de alimentos, ele não é uma totalidade. Apesar de o agronegócio controlar a produção mundial com seus pacotes tecnológicos, ele não é uma totalidade. Ainda que o agronegócio tenha produzido e reproduzido a ideologia da totalidade, ele é apenas uma parte das organizações que produzem alimentos no mundo. A outra parte é composta pelos diversos tipos de organização do campesinato no mundo que produz alimentos para grande parte da população mundial. Todavia, por causa da compreensão que o campesinato é parte do agronegócio, esta produção é contada como produção do agronegócio, de forma que a produção do campesinato é invisibilizada. Ela só é vista, quando ao fazer nossas análises dos censos agropecuários, separamos a produção de alimentos do trabalho familiar da produção de alimentos das corporações [...] (FERNANDES, 2009, p.12-13)

Outra prática camponesa referente ao armazenamento das sementes crioulas, também é citada pelo senhor Entrevistado J.

[...] quando um não tem semente pra plantar, e não é só da mamona não, pro milho e pro feijão também, é só pedir pro vizim. Quando é no outro ano, é outro que pedi a gente, e ai agente dá. O da mamona eu falo pra você, que realmente com este aumento pra plantar, teve muita gente correndo atrás por aqui de semente [...] (Entrevistado J, Assentamento Paulo Freire).

Esta prática exercida pelos camponeses de guardarem suas sementes e trocarem com os seus vizinhos assegura não só uma autonomia política frente as empresas e ao mercado, como também impede uma erosão genética e cultural que vem se coadjuvando a partir da disseminação de sementes transgênicas pelas grandes corporações do agronegócio. A introdução de transgênicos acrescenta novas ameaças: a contaminação biológica e os processos que ela acarreta, tais como a potencial desestabilização de espécies e a perda das sementes locais (RIBEIRO, 2003, p. 57)

Desta forma, como se pode destacar, a multiplicidade de questões que envolvem a soberania alimentar, diante das ameaças que estão postas pela influência que uma política pública pode ter, são evidentes. A utilização de sementes crioulas, a produção consorciada, o não utilização de agrotóxicos, são apenas algumas das questões que diferenciam os camponeses do agronegócio.

Em virtude da heterogeneidade de elementos que compõem o conceito de soberania alimentar, podemos salientar que o campesinato, assim como os movimentos sociais ligados aos povos indígenas, quilombolas, dentre outros, utilizam estrategicamente este conceito, conscientes que esta também é uma dimensão da luta pela defesa de seus territórios, da sua identidade e de sua cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei contribuir com o debate em torno da viabilidade da produção de agrocombustíveis no Brasil, a partir dos desdobramentos sociais e territoriais que a política pública, PNPB, gestada pelo governo, pode provocar ao ser orientada pela lógica do mercado.

Apontamos para a necessidade de serem mais bem analisadas as contradições engendradas pelo governo brasileiro, diante da comoção mundial em torno da crise ambiental, no que diz respeito aos discursos que orientam a implementação e expansão dos agrocombustíveis enquanto guinada rumo à sustentabilidade.

Uma sustentabilidade apenas aparente é importante frisar, pois enquanto o país transmite internacionalmente uma imagem exemplar associada à inocência dos ventos, das águas e das mamonas, consolida nacionalmente um plano energético fincado na liderança dos derivados do petróleo e na expansão do uso do carvão mineral, conforme indica as tendências anunciadas pelo Plano Nacional de Energia - PNE 2030.

Nesse contexto, o investimento nas energias renováveis representa o esforço nacional – incipiente, portanto – na busca de alternativas à matriz fóssil, enquanto resta ainda sem enfrentamento o problema real referente à demanda de energia dos setores eletrointensivos e siderúrgicos em inabalável expansão.

Destrinchar a forma como vem sendo tratada a questão energética no quanto de crise ambiental nos leva a perceber que, se as crises antes eram apontadas enquanto indicadores da exaustão de um sistema que chegava a seu limite e tendia a serem superadas, hoje, as crises mundiais, sejam de ordem financeira ou ambiental, passam a ser elementos essenciais à própria expansão do sistema. As crises justificam e legitimam as falsas soluções, desvirtuando a atenção do que realmente abalaria a sociedade e possibilitaria transformações: as razões e os sujeitos históricos que originaram as referidas crises.

Percebemos, então, que o modelo de desenvolvimento orientador dos processos de industrialização e urbanização continua inabalado, por mais que a ele deva ser remitida a responsabilidade por aquelas.

Considerar tal reflexão na pauta energética significaria identificar como insatisfatório o aumento da participação das fontes alternativas na oferta total de produção nacional de energia, pois direcionaria ao centro das discussões as perguntas

que hoje são comodamente ignoradas: para que(m) serve a energia? A demanda de expansão da oferta energética se dá sobre que interesses e que impactos sociais e ambientais?

Concluo esse trabalho indicando respostas satisfatórias, como no caso do papel desempenhado pelas instituições técnicas para o desenvolvimento do PNPB, da força que tem os subsídios como meios de atração para inserção dos camponeses, dentre outras questões, que, não chegando a sua completude, nos consola por ter ao menos nos conduzido às perguntas certas.

Ao me debruçar sobre a política nacional de produção de agrocombustíveis, pude, ainda, apontar um segundo nível de silenciamento em que se camuflam mais algumas contradições. As fontes de energia renováveis são apresentadas sem a devida abrangência das transformações que provocam nos territórios.

Se por um lado, a baixa emissão de CO² qualificam-nas usualmente como “energias limpas”, por outro lado não se poderia omitir que nenhum projeto de produção de energia é limpo de impactos socioambientais. Tampouco a consideração sobre tais impactos poderia ser excluída do campo de debate e decisão públicos.

Ainda que se configurem como matrizes renováveis, as hidrelétricas provocam deslocamento compulsório de populações e perda de biodiversidade; as usinas nucleares colocam a sociedade diante dos riscos de contaminação radioativa irreversível; os parques eólicos causam transtornos ao equilíbrio de áreas ambientalmente protegidas, entre tantos outros impactos que viriam à tona na medida em que fosse questionada a prioridade absoluta e implícita da produção estrita de energia.

No caso específico dos agrocombustíveis, é preciso inseri-los em um desenho geral das problemáticas vivenciadas no espaço agrário brasileiro - como o latifúndio e a inacessibilidade a terra por grande parte de camponeses - à condição de precariedade dos trabalhadores rurais, o êxodo rural, a violência e criminalização imposta aos movimentos sociais, dentre inúmeras outras questões que não são focalizadas pelos governos vigentes.

Ao promover benefícios para incentivar a produção de mamona no Estado do Ceará, o governo motivou o aumento da quantidade de agricultores que se destinaram ao cultivo dessa cultura. Os desdobramentos no território são visíveis: ainda que a plantação de mamona se dê em cultivo consorciado com culturas alimentares, como milho e feijão, o ritmo de expansão daquela é bem maior do que destas. Na competição

pela divisão do espaço de produção, a mamona torna-se vitoriosa e a soberania alimentar ameaçada dos camponeses.

Qualquer análise sobre o incentivo estatal centrado na demanda energética que se dê com vistas a referendar a inserção dos camponeses na política de agrocombustíveis não pode deixar de contextualizá-la na omissão histórica de políticas públicas destinadas à sobrevivência e autonomia do homem do campo. A reforma agrária, benefícios e garantias de preço e de compra para produtos alimentares, por exemplo, nunca foram levados tão afincos pelos governos municipais, estaduais e federal.

Vulnerabilizados, emparedados entre a necessidade vital de produção de alimentos e a lógica exógena do mercado que lhes demanda produzir mamona, os camponeses parecem, então, carregar nos ombros a responsabilidade de um problema ambiental e de uma demanda energética sobre os quais muito poucos eles efetivamente tiveram influência.

Como se não bastasse, em seus ombros também são depositados os ônus desse processo, sendo eles os mais diretamente afetados pela competição que se impõe no espaço agrário entre produção de energia e de alimentos.

Ao que constatamos a política pública de incentivo à produção de agrocombustíveis tem como objetivo possibilitar a expansão do capital e sua intensificação em áreas e setores econômicos passíveis de *ajuste espacial*. (HARVEY, 2005). O modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio é reproduzido por esta política ao inserir de forma subalterna o camponês.

Em nossa discussão, privilegiamos observar alguns aspectos que evidenciam o impulsionamento da produção de agrocombustíveis sob o signo do capital. A migração para uma nova matriz energética, em busca de consolidar o consumo de um “combustível limpo”, encontra-se, portanto, capturada.

Ao visibilizar a perspectiva camponesa, esperamos ter contribuído para desnudar a política nacional de agrocombustíveis dos mantos das sustentabilidades ambiental e econômica com que pretensamente se reveste.

Diante da urgência social de caminharmos rumo à soberania alimentar e energética do povo brasileiro, amadurecemos nesse texto a crítica às políticas públicas ideologizadas pelo receituário neoliberal, enquanto promotoras do aprofundamento dos problemas vivenciados no campo.

Por fim, apontamos para a organização autônoma e independente dos trabalhadores, livres da tutela política do Estado e do mercado, construindo projetos que façam contraponto ao discurso do capital enquanto único caminho de esperança possível para a viabilização de um projeto político ambientalmente sustentável e economicamente justo para nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é Fome**. 8ª Ed. SP: Brasiliense, 1989.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. Tese. Ceará, 2005.

AMORA, Zenilde Baima. **As Transformações da Indústria de Fortaleza face a Política de Industrialização do Nordeste**. Dissertação. São Paulo, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado capital e industrialização no Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9.ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

BERMANN, Célio; MORENO, Luiz Macedo; DOMINGUES, Mariana soares; ROSENBERG, Renato. Desafios e perspectivas dos agrocombustíveis no Brasil: agricultura familiar face ao etanol da cana-de-açúcar, ao biodiesel da soja, mamona e dendê. In: **Agrocombustíveis e a agricultura familiar camponesa: subsídios ao debate**. Rio de Janeiro: REABRIP/FASE, 2008.

BETTO, Frei. **Necrocombustíveis**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=391341/>> Acesso em 17 de março. 2012.

BRASIL. PNPB - **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>>. Acesso em 13 de setembro de 2009.

BRASIL. **PNE 2030 – Plano Nacional de Energia 2030**. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PNE/20070626_1.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Vol. XI, núm. 245 (68). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/menu.htm>>. Acessado em: 23 de março de 2012.

CARVALHO, Gilberto Ribeiro de. Posição da Petrobras sobre os Biocombustíveis. In: **Via Campesina**: situação e perspectivas da agroenergiano Brasil. Brasília, 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. Razões de Estado. Rio de Janeiro/São Paulo; Record, 2008.

COOPERBIO. **Biodiesel e biocombustíveis**: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo. Via Campesina. s/d. (impresso).

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T.(Org.). **Campesinato: territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.239-271.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos (Org.). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.55-88.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación Viale delle Terme di Caracalla. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: biocombustibles - perspectivas, riesgos y oportunidades**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/i0100s/i0100s00.htm>>. Acessado em 20 de março de 2012.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate**. Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Soberania Alimentar como Território**. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.

FREY, Klaus. **Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira**. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, n° 18, p. 1-36, Setembro 1999. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PP%20GSP%2018.pdf>>. Acessado em 20 de janeiro de 2012.

GORGEN, Frei Sérgio. **Agricultura camponesa versus agronegócio**. 2010. Disponível em: <<http://euqueroesossego.blogspot.com/2010/01/agricultura-camponesa-x-agronegocio.html>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2012.

GUTERRES, Enio. Apresentação. In: **Biodiesel e biocombustíveis: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo**. Via Campesina. s/d. (impresso).

GUTIÉRREZ, Mario Méjia. Sementes Crioulas um olhar a partir da Colômbia. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 261- 278.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista. In: **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 41-73.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HOUTART, François. **A Agroenergia: solução para o clima ou saída para o capital?** Petrópolis: Vozes, 2010.

IBGE. **Cidades@,2011**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 16 de maio de 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p.163-177.

LIMA, REGINAMIO BONIFACIO de. **Memórias de velho**: sobre terras e gente. Rio branco (AC) Boni: 2008.

MALUF, Renato S; Menezes, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em:http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf Acessado em: 23 de março de 2012.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, Eliane Tomasi; FABRINI, João. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 191-212.

MARTINS, C. E. Da globalização da economia à falência da democracia. In: **Revista Economia e Sociedade**, n. 6, IE/ Unicamp, 1996, p. 1-2.

MARTINS, José. de Souza. A temporalidade da História na dialética de Lefebvre. In: _____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.13-23.

MENDES, Ricardo Albuquerque. **A cadeia produtiva do Biodiesel da Mamona no Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

MENDONÇA, Maria Luisa. **O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis**. Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, 2010 (157), p.44.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MIRANDA, Helisson de Paiva; CARMO, Gabriel Egidio do. Agro e Biocombustíveis: O Cenário Brasileiro Atual e as Perspectivas Futuras. In: **Simposio Internacional de Geografia Agrária**, Bélem, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Helisson%20de%20Paiva%20Miranda.pdf>>. Acessado em 13 e novembro de 2011.

MONSENHOR TABOSA, 2011. Disponível em: <<https://www.monsenhortabosa.com.br>>. Acessado em: 11 de outubro de 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderlei Messias da. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM TERRA – MST. **A febre dos Agrocombustíveis**. 2012. Disponível em: <<http://adf.ly/7eAvF>> Acessado em: 24 de março de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001

ORTIZ, Lúcia. **Agronegócio e bicomcombustíveis**: uma mistura explosiva - impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia. Rio de Janeiro: Núcleo amigos da Terra/Brasil, 2006.

PAULA, Marilene. **Nunca antes na história desse país...?**: um balanço das políticas do governo Lula / organizadora Marilene de Paula. - Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Outra verdade inconveniente**: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. Guadalajara: Clacso, 2008.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>>. Acessado em: 20 de março de 2012.

_____.; ALENTEJANO, Paulo. **Geografia Agrária da Crise dos Alimentos**. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Silvia. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 51-72.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 207 – 228.

SACCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. SP: Cengage Learning, 2010.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado do Ceará**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2008.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: USP, 2008.

SARAIVA, E; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**. Coletânea Vol. 1, Brasília: ENAP, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEPILLI, Túlio. Velho e novo problema. In: **O drama universal da fome**. Rio de Janeiro: ASCOFAM/IBGE, 1958.

SILVA JÚNIOR, Aziz Galvão; PEREZ, Ronaldo. Sustentabilidade econômica na produção de biodiesel no Brasil. In: COELHO, Alexandre Bragança; TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo José. (Eds.). **Recursos Naturais e crescimento econômico**. Viçosa, MG: Os Editores, 2008.

SILVA. J. G. **A nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp. 1996.

STEDILE, João Pedro et al. **Manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural**. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 112, p.40, jul. 2006.

_____, João Pedro. Entrevista. O monocultivo dos agrocombustíveis só interessa ao capital internacional. In: **Revista BIODIVERSIDAD**. Adital, 2007. (impresso)

THOMAZ JR., Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar** (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/AntonioThomazJunior.pdf>>. Acessado em: 23 de março de 2012.

TYGEL, Daniel. **Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências**. Disponível em: <<http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>>. Acessado em: 22 de Novembro de 2011.

VIA CAMPESINA. Nota oficial da via campesina. **Pequenos produtores esfriam o planeta**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4973>>. Acesso em: 22 de março de 2012.

WELCH, Clifford Andrew. FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomasi.; FABRINI, João. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190.

WILKINSON, John. HERRERA, Selena. **Os agrocombustíveis no Brasil. Quais perspectivas para o campo?** Brasil: OXFAN, 2008.

ANEXOS

1.



CONVITE

Crateús, 05 de Outubro de 2010.

Prezado Senhor/Prezada senhora:

O Projeto Pólos de Biodiesel do Nordeste (Convênio: MDA/SAF/Obra Kolping do Brasil) tem a honra em convidá-lo (a) para **Seminário de Divulgação, Mobilização e Sensibilização junto aos Agricultores Familiares para o Programa de Oleaginosas Safra 2010/2011**, que acontecerá no dia **22 de Outubro de 2010**, com início previsto para **8:00 horas da manhã**, no Auditório do **STTR de Monsenhor Tabosa**. Na oportunidade trataremos dos seguintes assuntos:

- 8: 30 h – Abertura e Composição da Mesa
- 9: 00 h - Apresentação PNPB/Projeto pólos de produção de Biodiesel.
- 9: 25 h – Programa Estadual de Oleaginosas do Estado do Ceará
- 9: 50 h – Apresentação proposta da Rede Temática de Biodiesel.
- 10: 15 h – Debate Sobre as Apresentações
- 10: 30 h – Intervalo
- 10: 45 h – Proposta da Petrobras Biocombustíveis S/A para safra 2010/2011
- 11: 10 h – Debate Sobre as Apresentações
- 11: 40 h – Apresentação dos Bancos BB e BNB
- 12: 00 h – Debate Sobre as Apresentações
- 12: 20 h – Apresentação de iniciativas de apoio ao PNPB
- 12: 40 h - Experiência Exitosa de Agricultores Familiares
- 13: 00 h – Encerramento

A sua participação será de grande importância para o desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel no Pólo do Biodiesel de Crateús.

Atenciosamente,

 Joelcio Soares Sales
 Articulador do Pólo de Biodiesel Crateús
 MDA/SAF/OBRA KOLPING DO BRASIL



OBRA KOLPING DO BRASIL
 Escritório de Coordenação do Nordeste

2.



BIOCOMBUSTÍVEL

RELATÓRIO DE ASTEC
4ª VISITA - INDIVIDUAL - MAMONA

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Agricultor: _____	
Município: Tamboril	Data: _____
DAP: _____	
Vias de Acesso: () Boa () Regular () Ruim	

2. AVALIAÇÃO DO CONSÓRCIO

Consórcio: () Sim () Não	Cultura: _____
Aspecto geral: () Bom () Regular () Ruim	
Estimativa de produtividade da cultura consorciada: _____ kg/ha	
Obs.: _____	

3. AVALIAÇÃO DA OLEAGINOSA

Aspecto geral: () Bom () Regular () Ruim	
Desequilíbrio mineral aparente (+, - ou 0): () Nitrogênio () Boro () Cálcio + Magnésio	
Fase fenológica: () 1. Pós-emergência () 2. Vegetativo () 3. Pré-floração () 4. Floração () 5. Enchimento de Grão () 6. Maturação fisiológica	
Impactos decorrentes de eventos climáticos: () Seca () Encharcamento () Outros () Inexistente	
Estimativa de produtividade: _____ kg/ha	

4. TRATOS CULTURAIS

Número de capinas realizadas: _____	Data da última capina: _____
Método: () Manual () Mecânico () Químico	Necessidade de nova capina: () Sim () Não

5. TRATOS FITOSSANITÁRIOS

Ocorrência de pragas e/ou doenças	Níveis
_____	() Leve () Moderado () Severo
_____	() Leve () Moderado () Severo
_____	() Leve () Moderado () Severo
_____	() Leve () Moderado () Severo

6. INFORMAÇÕES DE PRÉ-COLHEITA

Definição da época de colheita _____	Data: _____
Infra-estrutura para secagem: () Terreiro () Mecânica	
Disponibilidade de armazém: () Sim () Não	
Disponibilidade de máquina de beneficiamento: () Sim () Não	

7. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

--

TÉCNICO RESPONSÁVEL

AGRICULTOR

3.

PETROBRAS
BIOCOMBUSTÍVEL

TERMO DE RECEBIMENTO DE SEMENTES

Eu, ANTÔNIO EDISON LUCAS DE OLIVEIRA, agricultor familiar, CPF 865.473.103-70, DAP _____, residente no município de MONTEIRO TABOSA, estado CE, na localidade SALGADO, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, que recebi da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., com quem formalizei contrato de compra e venda de produção agrícola, a quantidade de 15 kg (quinze quilos) de sementes de MIRANDA, do tipo/variedade PARAGUASSU, com valor equivalente em R\$ _____ para utilização no plantio e produção de grãos.

Local: MONTEIRO TABOSA

Data: 09/02/2010

Assinatura: x Antônio Edison Lucas de Oliveira

PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S/A

Av. Presidente Vargas, 3131, 9º andar, sala: 901
CEP - 202100-30 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ
Fax: (21) 2515 - 7577

4.

Nº: 0901.023588-N
3ª VIA

PETROBRAS
BIOCOMBUSTÍVEL

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE MAMONA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento, as PARTES, de um lado, PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., subsidiária integral, com sede na Rodovia Quixadá-Banabuiu, CE-122, KM 115. Juatama - Quixadá/CE CEP: 63.910-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33000167009753, neste ato representada, pelo Gerente Setorial de Suprimento da Unidade de Biodiesel de Quixadá, Paulo Roberto Moreira Dias, Casado, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG nº 3593 CREA-CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 19256930315, residente e domiciliado na Travessa Walter Lopes, 128 -- Centro, na cidade de Maranguape, estado do Ceará, CEP 61940110, doravante designada simplesmente COMPRADORA;

E do outro:

JOSE FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro(a), agricultor familiar, portador da cédula de identidade nº 326401298, CPF/MF sob o nº 300.175.722-15, DAP sob o nº IN-CE0164000-00068-230207, residente e domiciliado em ZONA RURAL, Zona Rural, na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará, doravante denominado VENDEDOR(A)

COMPRADORA e VENDEDOR(A) têm entre si, justo e contratado o presente compromisso, obrigando-se as PARTES pelas cláusulas e condições a seguir.

E ainda, como Interviente Anuente:

..... (FEDERAÇÃO, MOVIMENTO OU SINDICATO),
devidamente inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, com sede à
.....(cidade), Ceará CEP

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 – Pelo presente CONTRATO a COMPRADORA compra do VENDEDOR(A) e o VENDEDOR(A) vende à COMPRADORA a sua produção de grãos de MAMONA.

1.1.1 – Para a safra de 2008/2009, o VENDEDOR(A) venderá à COMPRADORA kg de grãos de MAMONA, a serem obtidos a partir do cultivo de uma área de ha, a ser produzido pelo VENDEDOR(A).

1.1.2 – Para as safras subsequentes à safra 2008/2009, o VENDEDOR(A) deverá informar, no momento do recebimento das sementes, a área que pretende plantar de MAMONA e, portanto, a quantidade que irá vender à COMPRADORA.

1.2 – O produto MAMONA objeto deste CONTRATO é o grão de mamona sem casca, limpo e ensacado. No entanto, poderá também ser realizada a aquisição do grão com casca, sofrendo, nesse caso, as alterações previstas nos itens 4.3.1 e 2.2.

1.3 - Se, por motivos alheios à vontade das PARTES, caso fortuito ou força maior, nenhuma produção de MAMONA vier a ser obtida, ficará sem efeito o presente CONTRATO, e nenhuma indenização ou multa será devida por uma PARTE à outra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - O preço de venda, certo e ajustado, do grão de MAMONA será o divulgado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), através de sua página na internet (www.seagri.ba.gov.br), para o grão de mamona na Praça de Irecê/BA, no último dia útil da semana anterior à da entrega do grão de MAMONA objeto deste CONTRATO.

2.1.1 – O valor a que se refere o item 2.1 acima considera, sem quaisquer abatimentos, a entrega do grão de MAMONA, em casca, pelo VENDEDOR(A). Neste caso, o peso do grão de MAMONA objeto deste CONTRATO, será calculado com base no item 4.3.1.

2.2 – Caso o grão de MAMONA seja entregue não descascado, haverá um decréscimo de R\$ 0,09/kg ao preço calculado no item 2.1, devido aos custos de descascamento, sem detrimento do fator de correção de peso exposto no item 4.3.1.

2.3 – A COMPRADORA se obriga a garantir o preço mínimo correspondente a 110% do valor do PGPAF, que para a safra 2008/2009 equivale a R\$ 0.71/kg de grão de MAMONA.

2.4 - O pagamento do preço final do grão de MAMONA será efetuado no prazo de até 7 (sete) dias contados da sua entrega à COMPRADORA, mediante verificação das condições

b

5.

higiênico-sanitárias do mesmo, conforme Lei nº 9.972/00, de 25.05.2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.664/00, de 17.11.2000, e da verificação de sua qualidade e pesagem.

2.5 - De acordo com a legislação a COMPRADORA reterá, no momento do pagamento 2,3% (dois vírgula três por cento) sobre o valor da compra referente à contribuição previdenciária rural (INSS).

2.6 - Fica assegurada a possibilidade de revisão das Cláusulas 2.1, 2.2 e 2.3 deste CONTRATO, desde que solicitado, por escrito, por uma das PARTES.

2.6.1 - O prazo mínimo para solicitação de revisão das Cláusulas 2.1 e 2.2 é de 1 (um) ano após o início de sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente CONTRATO refere-se às safras do grão de MAMONA no período de 2008/2009 até 2012/2013. Em função das características edafoclimáticas da região de Boa Viagem (também denominado como "Local da Colheita") e de ciclo da cultura da MAMONA, fica estabelecido como prazo de vigência para este CONTRATO o período compreendido entre a data da assinatura do mesmo e o dia/...../.....(também denominado como "Término do Contrato"), permanecendo as PARTES obrigadas ao cumprimento de todas as obrigações inerentes ao aperfeiçoamento da compra e venda da última safra.

3.1.1 - O presente CONTRATO pode ser renovado por igual período, por consenso entre as PARTES.

3.1.2 - A entrega da produção do grão de MAMONA do VENDEDOR(A) no Local de Entrega deverá ser feita em até 30 (trinta) dias após comunicação, por escrito, à COMPRADORA ou seu representante legal, de que a sua produção está apta para tal.

CLÁUSULA QUARTA – QUALIDADE, ACONDICIONAMENTO E PESAGEM

4.1 - De modo a garantir a qualidade do grão de MAMONA, o VENDEDOR(A) se obriga a utilizar sementes certificadas fornecidas pela COMPRADORA e distribuídas pelo - COOPTRACE, ou sementes tradicionais cuja qualidade seja comprovada por parecer técnico do COOPTRACE ou de outra instituição habilitada e previamente aprovada pela COMPRADORA.

4.2 - A COMPRADORA será responsável pelo fornecimento de sementes certificadas adequadas ao plantio na região ao VENDEDOR(A).

4.3 - O grão de MAMONA comercializado na casca deverá seguir o seguinte padrão de qualidade:

Matérias estranhas e impurezas: máximo de 2,0%;

Marinheiros: máximo de 6%;

Ardidos e rancificados: máximo de 4%;

Danificados: máximo de 7%;

Total de defeitos: máximo de 14%.

4.3.1 - Para o cálculo da quantidade de grãos comercializados em casca, ou seja, sem serem batidos, será utilizado um fator de conversão do peso do fruto para grão (ou seja, para baga) de 61% (Embrapa, Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento nº 56). Isto quer dizer que para cada 100 kg de mamona em casca serão considerados para pagamento 61 kg de grão (baga), sendo pago apenas o preço do grão descascado (baga), conforme item 2.1, descontado o valor referente ao item 2.2, uma vez que a COMPRADORA fica responsável pelo descascamento e limpeza.

4.4 - A COMPRADORA será responsável pela verificação da qualidade do grão de MAMONA, bem como pela pesagem, sendo também responsável pela apuração dos valores devidos ao VENDEDOR(A) em decorrência da pesagem.

4.4.1 - No momento do recebimento do grão de mamona uma amostra deverá ser coletada e armazenada pela COMPRADORA como contraprova, a qual deverá ser mantida até 72 (setenta e duas) horas após a comunicação ao agricultor de qualquer irregularidade no produto por ele entregue.

4.4.2 - Durante este prazo, a COMPRADORA se compromete a permitir o livre acesso do VENDEDOR a estas amostras. Após esse prazo, não serão aceitos quaisquer questionamentos por parte do VENDEDOR relativos à garantia de qualidade e a COMPRADORA fica desobrigada de mantê-la em seu poder.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES DA COMPRADORA

5.1 - A COMPRADORA providenciará, às suas expensas, capacitação e assistência técnica a ser fornecida através de empresa por ela contratada, para dar as orientações necessárias ao VENDEDOR(A) para o plantio, cultivo e colheita da oleaginosa objeto deste CONTRATO.

6.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DO VENDEDOR(A)

6.1 - O VENDEDOR(A) deverá, no ato da assinatura do CONTRATO, apresentar os originais de seus documentos de identificação, entre esses o número de identidade (RG), o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e o número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), exigido pelo Decreto nº 5.297/2004, de 06.12.2004.

6.2. O VENDEDOR(A) obriga-se a vender o grão de MAMONA, devendo o mesmo ser disponibilizado para a COMPRADORA, ou empresa por ela contratada, em local a ser definido pelas PARTES no município em que está situado a unidade de produção familiar, em até 30 (trinta) dias antes da data prevista para a referida entrega.

6.2.1 – Corre por conta e risco do VENDEDOR(A) o transporte do grão de MAMONA desde o Local da Colheita até o Local de Entrega,

6.3 – O VENDEDOR(A) obriga-se ainda a:

6.3.1 – Atender ao plantio, na primeira safra de vigência desse CONTRATO, de hectare com expectativa de produção de kg de grãos cultivados e produzidos da MAMONA por um hectare plantado.

6.3.1.1 – Nas outras safras, a área plantada pelo VENDEDOR(A) será definida por este no momento de recebimento das sementes fornecidas pela COMPRADORA.

6.3.2 – Manter a lavoura livre e limpa de quaisquer pragas e outras plantas que provoquem competição com a lavoura principal e que prejudiquem o cultivo da MAMONA, mantendo-a em perfeito estado de conservação do plantio.

6.3.3 - Utilizar as sementes certificadas e fornecidas pela COMPRADORA e distribuídas pelo – COOPTRACE ou sementes tradicionais cuja qualidade seja comprovada por parecer técnico do – COOPTRACE ou de outra instituição habilitada e previamente aprovada pela COMPRADORA, bem como atender todas as instruções determinadas pelos técnicos designados pela COMPRADORA para fornecimento de assistência técnica, de forma a atender à produção estimada.

6.4 – O VENDEDOR(A) declara que não celebrou com terceiros contratos de compra e venda da produção de grão de MAMONA objeto deste CONTRATO e que o mesmo encontra-se livre de quaisquer vínculos, penhoras, ônus ou gravames de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

7.1 – O VENDEDOR(A) e a COMPRADORA se comprometem a cumprir as leis, regulamentos e normas relativos à proteção ambiental, devendo adotar todas as medidas e procedimentos cabíveis, com vistas a afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente, observando as técnicas agroecológicas aplicáveis.

7.2 – Caso a COMPRADORA receba alguma notificação por escrito de irregularidade ambiental do VENDEDOR(A), deverá suspender para verificação e rescindir o presente CONTRATO, no caso se confirme a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

8.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por qualquer das PARTES, desde que haja descumprimento das obrigações estabelecidas no presente CONTRATO, devendo, para tanto, proceder ao prévio aviso com 30 (trinta) dias de antecedência da data da rescisão, devendo as PARTES, no entanto, durante o período do aviso, dar integral cumprimento às operações já iniciadas, as quais deverão ser concluídas nos termos da presente contratação.

8.2 – A COMPRADORA rescindir o presente CONTRATO caso haja alguma notificação de irregularidade ambiental comprovada contra o VENDEDOR(A), conforme descrito item 7.2.

8.3 - Caso a COMPRADORA venha a rescindir o presente CONTRATO, sem justa causa, ressarcirá ao VENDEDOR(A) os custos da produção agrícola das safras contratadas, descontados os gastos realizados pela COMPRADORA com o fornecimento de insumos. Será considerado o custo de produção e o preço mínimo garantido pela COMPRADORA, conforme o item 2.3 deste CONTRATO.

8.4 - Caso o VENDEDOR(A) venha a rescindir o presente CONTRATO, sem justa causa, ressarcirá à COMPRADORA os custos das sementes fornecidas para a produção agrícola da safra contratada e não entregue.

8.5 – As PARTES podem, de comum acordo, encerrar este CONTRATO a qualquer momento, não desobrigando, com isso, ao cumprimento dos eventos anteriores a este encerramento

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - O presente CONTRATO, dentro de seus estritos termos, é assinado pelas PARTES em

7.

caráter irrevogável e irretroatável, obrigando herdeiros e sucessores a qualquer título, não admitindo arrependimento.

9.2 - O presente CONTRATO constitui acordo integral entre as PARTES, cancelando e substituindo todos os acordos, verbais ou escritos, entre as PARTES com relação ao objeto do mesmo.

9.3 - Nenhuma alteração, modificação e/ou renúncia a qualquer dispositivo deste CONTRATO terá efeito, a menos que seja feita por escrito e assinada por ambas as PARTES e pelo INTERVENIENTE ANUENTE deste contrato.

9.4 - O INTERVENIENTE ANUENTE compromete-se a, naquilo que lhe couber, providenciar o cumprimento das obrigações ora estabelecidas.

CLAUSULA DECIMA - DA INTERVENIÊNCIA

10.1 - A entidade representativa da Agricultura Familiar,....., neste ato

representada pelo(cargo),

.....(nome do representante),
(qualificação), conforme previsto em seus estatutos, vem, nos termos da Instrução Normativa nº 01/05, de 05.07.2005, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Artigo 6º, § 2º, Inciso VI, manifestar sua plena concordância com os termos do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 - Fica, desde já, eleito o Foro da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste CONTRATO.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Boa Viagem, 10 de Junho de 2009.

COMPRADORA - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
Paulo Roberto Moreira Dias
Gerente Setorial de Suprimento da Unidade de Biodiesel de Quixadá

VENDEDOR(A) - JOSE FERREIRA DOS SANTOS
CPF: - 300.175.722-15

Federação Confederação ou Sindicato

Cargo: _____ Rep: _____

TESTEMUNHAS:

1º _____ 2º _____

RG: _____ RG: _____

CPF: _____ CPF: _____

8.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS – LEAT

Entrevista SemiEstruturada a Produtores assentados e não assentados

Entrevistador:

1. Identificação/Dados Pessoais

Nome: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Naturalidade: _____ Assentamento: _____

Distrito: _____ Comunidade: _____

2. Produção de mamona

2.1. Como você iniciou o cultivo de mamona? Como conheceu?

2.2. Quantos hectares você planta?

2.3. A produção é consorciada com outras culturas alimentares? Qual (ais)?

2.4. Você plantaria sem consórcio? É melhor? Por quê?

2.5. Você recebe assistência técnica? De quem?

2.6. Você utiliza sementes fornecidas pelo governo? De qual instituição?

2.7. Você vende com a casca? Por quê?

2.8. Você planta mamona devido aos benefícios econômicos do governo?

2.9. Se acabasse os incentivos/benefícios você continuaria plantando mamona?

2.10. Você planta ou já plantou outras culturas voltadas para produção agrocombustível (amendoim, girassol...)?

2.11. A quanto tempo você faz parte do programa da Petrobras?

Outras perguntas: _____

2.11. Você Recebe algum tipo de bolsa do governo? (bolsa família, bolsa gás...)

3. Produção Geral

3.1. O que você produz?

3.2. Utiliza quantos hectares para cada cultura? Utiliza de outros vizinhos?

3.3. Como você comercializa a sua produção (com vizinhos, feira...)?

3.3.1. Quem são os compradores?

3.3.2. Você tem lucro? O que faz com o dinheiro?

3.3.3. Você recebe ajuda do estado?

3.4. Você trabalha com agricultura em outro local? Onde? Desempenha que função?

2.4.1. Se caso trabalhar, como é a forma de pagamento?

3.5. Da família quem trabalha com agricultura?

3.6. Vocês contratam pessoas na época do plantio e da colheita? Qual a forma de pagamento (meia, terça)?

3.7. Que instrumentos vocês usam? De quem são os instrumentos?

3.8. Como é feito a brocagem? O preparo da terra (animais, técnicas modernas)?

3.9. Há algum benéfico/incentivo governamental ou privado para a produção? É suficiente?

3.10. Você já deixou de plantar alguma cultura? Qual? Por quê?

4. Organização Política e Social

4.1 Você é vinculado(a) a alguma organização política? Qual? (partido, sindicato, associação...)

4.2 Qual sua opinião sobre estas organizações políticas?

9. ▢



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS – LEAT

Entrevista SemiEstruturada a Petrobras

Entrevistador: Thiago Roniere Rebouças Tavares

1. Dados Gerais

Nome:

Instituição:

Cargo:

2. Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel

Quais as principais justificativas para o investimento da Petrobras no desenvolvimento de Bicomcombustíveis?

Que motivos promoveram a instalação da Usina da Petrobras no Ceará e, especificamente, em Quixadá?

Quais são as principais fontes agroenergéticas utilizada pela Petrobras, para produção de Biocombustível (mamona, amendoim, soja...)? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, como dados, planilha e etc., dos anos de produção da Usina)

Qual a procedência (origem) e porcentagem de cada fonte agroenergética, trabalhada hoje na Usina? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, como dados, planilha e etc., dos anos de produção da Usina)

3. Parcerias

Quais são os principais parceiros da Petrobras para o desenvolvimento deste programa?

Como o senhor avalia a parceria da Petrobras com estas instituições?

Quais são e como funcionam os benefícios da Petrobras para produção de biocombustíveis?

Existe alguma parceria da Petrobras com o governo do estado ou de algum município? Se sim, com funciona esta parceria? (via secretarias, SDA e etc)

Qual o papel do governo do Estado? Como você avalia seu desempenho?

4. Usina de Quixadá e a Produtividade

Qual a capacidade produtiva da Usina de Quixadá? Esse valor tem sido alcançado? Se não, por quê?

A partir deste valor, é possível estipular a quantidade necessária de área cultivada e de agricultores para suprir essa produção?

Deste o início do programa, qual a quantidade de bicombustível produzida e suas principais matrizes? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, como dados, planilha e etc., dos anos de produção da Usina)

Tem aumentado a quantidade de agricultores produzindo mamona? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, como dados, planilha e etc., dos anos de produção da Usina)

Tem aumentado a quantidade de terra para produção de Bicomcombustíveis? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, como dados, planilha e etc., dos anos de produção da Usina)

Qual o principal destino da produção de biocombustível, a partir da Mamona?

A mamona tem sido uma cultura viável? É a principal matriz processada na usina?

5. Perguntas Gerais

De forma geral, como o senhor avalia o programa de Biocombustível (PNPB)?

Quais os principais benefícios deste programa (PNPB)?

Você poderia apontar algum aspecto negativo que precisa ser mais bem trabalhado ou reformulado neste programa?

Você tem conhecimento sobre os motivos da falência da Brasil Ecodiesel?

Quais as principais diferenças entre a Brasil Ecodiesel e a Petrobras?

10.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS – LEAT

Entrevista SemiEstruturada a Instituições Técnicas

Entrevistador: Thiago Roniere Rebouças Tavares

Dados Gerais

Nome:

Instituição

Cargo:

Instituição

-
1. Como o Instituto se inseriu no Programa *Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*?
 2. Qual o tipo de trabalho que o Instituto desenvolve referente aos Bicombustíveis?
 3. Como se estrutura este setor de assistência a produção de Biodiesel? (referente aos funcionários: Acessores-técnicos-agricultor, etc.)
 4. Qual a função de cada um? E quantos são? (técnicos e outros funcionários envolvidos)
 5. Qual o perfil dos técnicos? - - -

Parcerias (Petrobras – Governo Estado)

-
5. Como funciona a parceria com a Petrobras?
 6. Quais são e como funcionam os benefícios desta empresa?
 7. Qual o papel da Petrobras? Como você avalia o desempenho desta empresa?
 8. Como funciona a parceria com o governo do Estado? (via secretarias, SDA e etc)
 9. Quais são e como funcionam os benefícios do governo?
 10. Qual o papel do governo do Estado? Como você avalia seu desempenho?

Específico do Instituto

-
11. Quais são as regiões do Estado com técnicos presentes?

12. Quantos e quais os agricultores e assentamentos assistidos pelo Instituto?
13. Quais as regiões (ou municípios, assentamentos, agricultores) com maior produção assistidos pelo Instituto?
14. Quais as culturas que são assessoradas? (Mamona, girassol) Ela(s) tem sido viáveis?

Agricultor

15. Tem aumentado a quantidade de agricultores produzindo mamona? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, como dados dos anos de acessória do instituto para comprovar)
16. Tem aumentado a quantidade de terra para produção de Bicombustíveis? (Para esta questão seria interessante algum tipo de documento, com dados dos anos de acessória do instituto para comprovar)
17. Houve ou há alguma resistência dos camponeses a este programa?

Perguntas Gerais (de ordem pessoal)

Como o senhor avalia o programa de Bicombustíveis?

Quais os benefícios deste programa para os camponeses?

Quais os aspectos negativos deste programa para os agricultores?